

**ATA DA NONA REUNIÃO,
EXTRAORDINÁRIA, DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ÉVORA, REALIZADA NO
DIA VINTE E DOIS DE ABRIL DE DOIS
MIL E VINTE E QUATRO / SEXAGÉSIMA
OITAVA REUNIÃO DE CÂMARA DO
MANDATO 2021/2025.**

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas, na Sala de reuniões do Edifício Alexandre Herculano, reuniu a Câmara Municipal de Évora.

Estiveram presentes:

Presidente: Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
Vereadores: José Gabriel Paixão Calixto
Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
Alexandre Manuel Rosa Varela
Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita
Florbel da Luz Descalço Fernandes
Patrícia José Correia Raposinho

A reunião foi presidida por, Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora, e secretariada por Elisabete Matos Neves, Coordenadora de Unidade de Administração Geral.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ao iniciar a reunião **o senhor Presidente** cumprimentou os senhores Vereadores, funcionários e público presente e informou que a senhora Vereadora Lurdes Nico não iria estar presente na reunião, mas fazia substituir-se pela senhora Vereadora Bárbara Tita. Neste sentido, solicitou a justificação da respetiva falta a qual, por consenso de todos os Eleitos, foi devidamente justificada.

1. – ASSUNTOS PROPOSTOS PELA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE DA CÂMARA

1.1. Prestação de Contas 2023.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2023 e a respetiva aplicação do Resultado Líquido do Exercício, bem como o seu envio à Assembleia Municipal de Évora para que esta delibere nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em conta o disposto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, em matéria de

documentos de prestação de contas a apresentar pelas autarquias locais, submetem-se, para aprovação e envio à Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas/2023.

Nos documentos são efetuadas análises patrimoniais do ano 2023, com destaque para o Balanço, que apresenta um total do ativo de 225.082.342,16€, um património líquido de 146.405.847,93€ e um passivo de 78.676.494,23€.

No que diz respeito aos rendimentos e gastos, apura-se que os mesmos ascenderam a 64.731.071,90€ e 68.148.011,85€, respetivamente. Nesta sequência apurou-se um resultado líquido do período negativo em 3.416.939,95€.

A variação dos fluxos de caixa é negativa, em 2.067.504,27€, pelo que existe uma diminuição da nossa tesouraria para um valor de 2.565.317,52€, sendo que deste valor, apenas 1.702.225,34€ representa saldo da execução orçamental, respeitando a diferença de 863.092,18€ a operações de tesouraria.

Ao nível do desempenho orçamental, conseguiu-se um valor de receita de 60.162.369,61€ (63.799.966,86€ com saldo orçamental da gerência anterior) e uma execução de despesa de 62.097.741,52€.

Em 2023 as Grandes Opções do Plano registam uma execução de 26.294.543,93€, dos quais 8.728.989,53€ são respeitantes ao Plano Plurianual de Investimentos e 17.565.554,40€ referentes ao Plano de Atividades Municipais.

Propõe-se que a Câmara Municipal de Évora delibere:

- Aprovar os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano 2023 (que inclui, como documentos principais, o Relatório de Atividades, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Orçamentais e as Demonstrações Financeiras, bem como os Anexos e os restantes documentos de prestação de contas), conforme Instrução do Tribunal de Contas n.º 1/2019-PG, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 46, de 6 de março, referente à prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas e Resolução n.º 3/2023, publicada no Diário da República n.º 9/2023, 2ª série, 12 de janeiro de 2024, respeitante à prestação de contas relativas ao ano 2023;
- Que o resultado líquido do exercício de 2023, no valor negativo de 3.416.939,95€, seja transferido para a conta 56 – Resultados Transitados;
- Submeter à Assembleia Municipal de Évora, para deliberação nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 setembro.

Intervenções:

O senhor Presidente afirmou que a atividade e a gestão municipal no ano de **2023**, segundo ano civil do mandato 2021-2025, foram marcadas pelo início da construção de Évora Capital Europeia de Cultura em 2027, pela concretização dos investimentos aprovados, com as necessárias reprogramações, no Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia conhecido por PT 2020 e na região por PORA 2020, pela apresentação das primeiras candidaturas ao PRR, por investimentos em áreas carenciadas e sentidas pelas populações como na rede viária, nas escolas, no abastecimento de água e saneamento, na área social, e ainda por um reforço da intensa e diversificada atividade em áreas que vão do Plano Local de Habitação à alteração do PDM e à revisão do Plano de Urbanização da cidade, da cultura e animação sociocultural ao reforço dos apoios às associações, criadores e agentes culturais, do desporto e apoio aos clubes à dinâmica da juventude, da educação à ação social e à saúde, ao investimento e dinamização da economia local e do emprego à promoção nacional e internacional de Évora e do Alentejo.

O senhor Presidente referiu que 2023 foi, também, marcado pela continuidade da guerra na Ucrânia, que prosseguiu sem fim à vista e tem ameaçado escalar com enormes perigos para os Povos da Europa; o recrudescimento da guerra Israel / Palestina, com os atos terroristas com 1.200 mortos e a tomada de reféns civis perpetuados pelo Hamas, com a catástrofe humanitária que atinge 2 milhões de palestinianos e o genocídio – que já ultrapassa os 34.000 mortos entre

crianças, jovens, mulheres e homens – em curso na Faixa de Gaza perpetuado pelo Governo israelita.

O Município de Évora afirmou a sua solidariedade ativa com os Povos atingidos, principais vítimas das guerras, defendeu a urgência de fazer o caminho da Paz e não da guerra, com base nos acordos, convenções e resoluções da Organização das Nações Unidas. A guerra prolongou o impacto negativo na economia da Europa e do mundo. O processo inflacionista que já se vinha registando no final de 2021, foi acelerado e ampliado em 2022 e prolongou-se para 2023.

O senhor Presidente disse que o ano de 2023, à semelhança do ano anterior, foi atípico, de grande incerteza, com severos impactos negativos, nomeadamente a nível económico e social, que afetou e obrigou a alterações na programação municipal prevista, mas que permitiu, ainda assim, salvaguardar o equilíbrio económico e financeiro estrutural e assegurar uma intensa e diversificada atividade municipal.

O senhor Presidente afirmou que as Opções do Plano e o Orçamento Municipal de 2023 estruturaram soluções de compromisso provenientes das propostas programáticas apresentadas por diversas forças políticas representadas no Município. A negociação para a viabilização das Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2023 foi complexa, o que levou à sua aprovação final pela Câmara Municipal em 15/2/2023 e pela Assembleia Municipal em 28/2/2023, ainda assim cerca de 2 meses antes do verificado em 2022. A sua aplicação verificou-se, portanto, a partir de março de 2023.

O senhor Presidente abordou, então, a **força de trabalho** do Município que registou um aumento de 9 trabalhadores face ao ano anterior, o que na prática não aconteceu dado que a transferência de competências na área da saúde transferiu 10 trabalhadores. Notou que, comparando com 2013, e tendo em conta a entrada, em 2022 e 2023, de 319 trabalhadores das áreas da educação e da saúde, por via da transferência de competências, o Município regista menos 45 trabalhadores. Salientou que a Câmara Municipal está, na maioria dos Serviços, a trabalhar acima dos seus recursos e a garantir, globalmente, respostas de serviço público muito positivas e isso se deve ao profissionalismo, ao empenhamento e, até, a alguns sacrifícios da grande maioria dos trabalhadores municipais, aos quais agradeceu o desempenho em prol do serviço público.

O senhor Presidente passou, de seguida, à análise dos principais dados financeiros e económicos que considerou globalmente positivos, ainda que registando alguns aspetos negativos.

Quanto à dívida global do Município, informou que, desde o início do penúltimo mandato, outubro de 2013, até 31/12/2023, se registou uma significativa redução global da dívida: menos € 44,7 milhões de euros, menos 47 %, sendo agora o valor da dívida global de € 50,4 milhões de euros. Em 2023 face a 2022, a redução global da dívida foi de **menos 3.003.578,22€, menos 5,65%**.

Quanto ao **prazo médio de pagamento** a fornecedores era, em 2013, de 755 dias, tendo sido reduzido, até 31/12/2023, em 733 dias, ou seja, em menos 97%. Em 2023, face a 2022, houve uma redução de 47 dias, passando de 64 dias para 22 dias. Contudo, ressalva-se que o PMP apurado para 2023, calculado conforme instruções da DGAL, é influenciado pelos registos, na classe 4, dos bens afetos à concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão e da parte do terreno de expansão do PITÉ que integrou os domínios público e privado do Município. Expurgando estes registos patrimoniais, efetuados no decorrer dos trabalhos de encerramento de contas, o PMP apurado para 2023 seria de 50 dias.

Sublinhou que o Município terminou o ano de 2023 **sem pagamentos em atraso**, isto é, não havia dívidas vencidas superiores a 90 dias.

Quanto à **evolução financeira, o equilíbrio orçamental** que em 2013 era negativo em € 9,5 milhões de euros, na verdade um grande desequilíbrio, registou, em 2023, um valor de € 4,4 milhões de euros positivos, menos € 4 milhões do que em 2022. Também o **saldo orçamental** que em 2013 era negativo em € 7,7 milhões de euros, registou, em 2023, um valor positivo de € 7,2 milhões de euros, menos € 3,8 milhões do que em 2022. Ainda que mantendo valores muito positivos, regista-se as reduções de 2022 para 2023, que decorrem dos impactos negativos da evolução da situação económica.

Quanto à **evolução económica**, começou por salientar que o **EBITDA** (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou seja o “**resultado antes de depreciações e gastos de financiamento**”, é positivo em € 7,5 milhões de euros, tendo aumentado, de 2022 para 2023, em € 1,9 milhões de euros, como aliás refere a Revisora Oficial de Contas (ROC). **Os resultados operacionais** que, em 2013, eram negativos em € 11,6 milhões de euros, registaram, em 2023, um valor negativo de € 1,9 milhões de euros. **Os resultados líquidos do exercício** que em 2013 eram negativos em € 12,7 milhões de euros, registaram, em 2023, um valor negativo de € 3,4 milhões de euros. Os resultados continuam a ser muito negativamente afetados pelos custos pagos ao sistema multimunicipal de águas e saneamento, mas também decorrem dos impactos negativos da evolução da situação económica, nomeadamente da inflação.

Quanto à **evolução do limite do endividamento** que, em 2013, apresentava um enorme excesso de endividamento de € 32,6 milhões de euros, registou, em 2023, uma capacidade de endividamento de € 20,5 milhões de euros, que cresceu, face a 2022, em € 6,8 milhões de euros. Referiu que se registou uma receita total de € 63,8 milhões de euros, correspondendo a uma execução de 76,5%. Tendo em conta que cerca de € 14 milhões de euros correspondem a cabimentos obrigatórios de despesa que passa de ano civil, a execução foi mais baixa do que o previsto em cerca de € 5,6 milhões de euros, situação que decorreu da não concretização, ainda em 2023, do empréstimo aprovado de € 3 milhões de euros e, também, do impacto negativo da evolução da situação económica global.

O senhor Presidente abordou, de seguida, alguns dos principais aspetos da gestão municipal em 2023. Começou, por referir, que a gestão política do Município exigiu o regular confronto de posições, a disponibilidade das diversas forças políticas para negociações de busca dos consensos possíveis, a concertação de posições finais.

Prosseguindo a sua apresentação, o senhor Presidente referiu-se à área da Habitação que deu continuidade à concretização da Estratégia Local de Habitação e do Plano Local de Habitação, nomeadamente:

- Concluído o Atlas de Habitação e Reabilitação Urbana, aprovadas as Operações de Reabilitação Urbana, realizados mais de 1.300 atendimentos para o apoio a proprietários para obtenção de benefícios fiscais ou de reabilitação dos prédios;
- O papel da Habévora com as candidaturas para a reabilitação do Bairro Gen. Humberto Delgado referente a 62 fogos e a obra, em curso, para a reabilitação de quarteirão no bairro da Malagueira no valor de € 1,3 milhões de euros, no total de 12 habitações devolutas;
- O apoio a candidaturas de 235 agregados familiares, 730 atendimentos/visitas domiciliárias, 117 vistorias e 80 autos de vistoria no âmbito de candidaturas ao 1º Direito, elaboração do projeto de execução para novo Centro de Acolhimento de Urgência e Temporário em Évora, com investimento previsto de 705.200€;
- Com a saída do PAEL, foi iniciada uma trajetória de descida do IMI, compatível com o equilíbrio económico do Município. Em 2023, o IMI foi reduzido de 0,42% para 0,40%.

O senhor Presidente disse que a **Rede Social** continuou a desempenhar um papel essencial nas respostas sociais, destacando o novo Plano de Desenvolvimento Social 2024-2027 que iniciou a sua concretização, bem como o **Plano Integrado de Apoio Social**, que prosseguiu aplicação do **novo Cartão Município Solidário**, alargando o universo dos beneficiários. Deu-se, também, continuidade ao **Programa de Melhoria das Condições de Habitabilidade**, para apoiar obras de requalificação de outras habitações próprias ou arrendadas bem como a **Ação Social Escolar**, **os transportes e as refeições escolares**, cujos apoios foram além da lei.

Referiu, ainda, o funcionamento regular do Centro de Convívio da CME, o funcionamento depois da obra de mais de € 400 mil euros do Centro de Convívio de S. Miguel de Machede, a conclusão da obra do Centro de Convívio do Bairro de Santo António, mais de € 400 mil euros, e os trabalhos para a requalificação do Centro de Convívio da Horta das Figueiras e da Malagueirinha.

Destacou a transferência de competências imposta na área social em que o Município se empenhou em garantir a não verificação de situações de rutura na transição, as respostas de emergência bem como todo o apoio social transferido, garantindo ainda parcerias com instituições sociais.

Salientou, também, a aplicação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação.

O senhor Presidente abordou a área da **educação** com a consolidação do processo de transferência de competências, o acolhimento de 309 novos trabalhadores. Continuou a resolver problemas diversos como direitos dos trabalhadores que não eram cumpridos ou a devolução de competências, por delegação, aos diretores dos Agrupamentos.

Destacou a Carta Educativa, o Plano Educativo Local, o avanço do projeto da Escola André de Gouveia e os investimentos de mais de € 1 milhão de euros em escolas. Salientou a importância dos apoios socioeducativos em cerca de € 1 milhão de euros.

Na área da **Saúde**, **o senhor Presidente** afirmou que a Câmara Municipal cumpriu os seus compromissos quanto às obras de acessibilidade e redes de abastecimento de água e saneamento para o Novo Hospital Central do Alentejo, mas que continuou à espera que o Governo cumprisse o comprometido no Protocolo assinado em maio de 2023 que garantiu o financiamento a 100%.

Na área do **Desporto**, o senhor Presidente salientou a aplicação, ainda que com atraso, do Programa de Apoio a Instalações Desportivas, o reforço dos apoios aos clubes e ao desporto em geral que atingiu € 600 mil euros, o avanço do projeto do novo Estádio Desportivo, decorrente do concurso municipal, e destacou a imensa atividade desportiva com particular foco no Complexo Desportivo e nas Piscinas Municipais em que esta fase da requalificação, com um investimento global de € 500 mil euros, foi concluído, tendo registado um aumento de utentes de mais de 40%.

O senhor Presidente sublinhou a prioridade e o reforço de apoio para a **Juventude**, nomeadamente, continuando a aplicar o Plano Municipal para a Juventude, a incentivar a dinâmica e participação do Conselho Municipal de Juventude, o Mês da Juventude, o importante projeto municipal e em parceria que é a Orquestra Juvenil de Sopros e, ainda, o Festival Jovem.

De seguida, o senhor Presidente referiu a área da **Cultura e Património** que, para além, do início da construção de Évora Capital Europeia da Cultura 2027, prosseguiu o Programa de Revitalização do CH e o Programa de Valorização Integrada do Património que continuou a reabilitação do Aqueduto da Água de Prata, o projeto para valorização do Cromeleque dos Almendres e a exigência da salvaguarda da Anta Grande do Zambujeiro.

O crescente prestígio internacional de Évora ficou bem patente nas várias solicitações e participações em instituições internacionais em que se destaca a Organização das Cidades Património Mundial, de que o Presidente da Câmara Municipal é Vice-Presidente, ou a organização Mayors For Peace, que o Município lidera em Portugal.

O senhor Presidente abordou a área do **desenvolvimento económico** afirmando que continuámos a atrair investimento, a aumentar os postos de trabalho, a gerar mais rendimento e riqueza em Évora. Destacou:

- A abertura do novo Garden Inn Hotel da cadeia Hilton, um investimento de € 22 milhões de euros com a criação de 60 postos de trabalho;
- A expansão da empresa AERNOVA, que atingiu mais de 600 postos de trabalho;
- O novo investimento da TYCO;
- A instalação de diversas empresas no PACT e noutras incubadoras;
- O avanço do loteamento dos 10 ha adquiridos para expansão do PITE;
- A disponibilização de lotes na Zona Industrial de S. Sebastião da Giesteira;
- O avanço mais lento do que o esperado, através de parceria, da preparação da infraestruturação da Zona Empresarial de N^a Sr^a Machede;
- O estudo para uso dos novos terrenos e trabalhos para criar um novo Centro de Acolhimento de empresas no Aeródromo Municipal;
- O avanço do processo do futuro Pavilhão Multiusos;
- Reforço da parceria com o PACT com a participação do Presidente da Câmara Municipal no Conselho de Administração.

Na área do **ordenamento do território e urbanismo**, o **senhor Presidente** referiu os processos de alteração do PDM e de revisão do PUE, ainda que mantendo-se dificuldades e atrasos na modernização da gestão urbanística.

O senhor Presidente abordou os problemas de **qualificação da rede viária**, em que se investiu cerca de € 1 milhão de euros, ficando-se aquém do pretendido. Destacou as intervenções de reparação, manutenção e qualificação de vários arruamentos, estradas e caminhos.

Na área do **ambiente** destacou a prossecução da **Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas** bem como projetos diversos: a conclusão do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável; a prossecução do POCITYF; a conclusão do Laboratório Vivo para a Descarbonização.

O senhor Presidente referiu que na área do **abastecimento de água e saneamento**, também não foi possível atingir o pretendido, mas destacou a nova rede de abastecimento de água e saneamento aos Canaviais, obra da AdVT em resultado de um acordo com a Câmara Municipal, resolvendo o maior problema destas redes existente no concelho, a conclusão da construção da ETAR das Carvalhas e um conjunto de obras de renovação e requalificação da rede.

O senhor Presidente referiu as dificuldades que se continuam a sentir na área da **higiene e limpeza públicas**, mas registou avanços na área da limpeza sendo que o problema das ervas teve ligeiras melhorias, mas continua de difícil solução. Referiu que a Câmara Municipal recolheu, em 2023, cerca de 4.000 depósitos ilegais de lixo, situação que lastimou. Prosseguiram outros programas e medidas como a recolha de resíduos orgânicos em 2 zonas.

Na área da **proteção civil e segurança**, o **senhor Presidente** salientou o significativo reforço do apoio aos Bombeiros Voluntários, que ultrapassou os € 200 mil euros, mais € 90 mil euros na parceria para o Aeródromo e saudou o trabalho do Serviço de Proteção Civil Municipal.

O senhor Presidente referiu, de seguida, o cumprimento, pela Câmara Municipal, dos compromissos financeiros com as Juntas de Freguesias, que registaram um aumento de 5,25% na descentralização do Município para as Freguesias, igual ao recebido pelo Município do Orçamento de Estado/2023, para além de outros aumentos na delegação de competências. Salientou o trabalho conjunto com as Juntas de Freguesia e reconheceu que, a nível de investimento municipal, não foi possível atingir o que inicialmente se apontou.

Quanto ao Relatório da Revisora Oficial de Contas começou por dizer que, como habitual será tido em conta, nomeadamente as propostas e recomendações, com especial atenção aos pontos identificados como frágeis, no sentido de aperfeiçoar os procedimentos e a Conta de Gerência. Salientou que a ROC realçou “... o esforço quanto ao cumprimento dos requisitos necessários à aplicação das exigências contabilísticas e outras relacionadas com a legislação aplicável aos Municípios”, tendo afirmado que “A contabilidade do Município foi elaborada de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro e a todas as demais legislações complementares aplicável às autarquias locais. Os registos contabilísticos têm suporte documental e informático através do sistema contabilístico assente no ERP – Medidata, com aplicações geridas entre si, em tempo real e que têm vindo a dar resposta às necessidades de reporte e à construção das demonstrações financeiras e orçamentais a que o Município se encontra obrigado a cumprir.”

A concluir a sua intervenção, **o senhor Presidente** disse que, tendo em conta os impactos globais e no concelho dos problemas assinalados, o Município deu as respostas possíveis e adequadas à evolução da situação, salvaguardou e melhorou os indispensáveis equilíbrios financeiros e económicos, assegurou um elevado nível de atividade bem como o investimento possível, contribuindo para melhores condições e qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável do concelho.

O senhor Vereador José Calixto fez a seguinte intervenção:

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista começam por reconhecer com apreço e agradecer publicamente todo o trabalho desenvolvido pelos os trabalhadores municipais, ao longo de 2023. Relativamente às matérias em deliberação devemos, desde já, recordar a nossa posição política, em momentos anteriores do atual mandato autárquico:

- Declaração de voto nas Opções do Plano e Orçamento do Município para 2023, em **15 de fevereiro de 2023**;
- Declaração de voto na Prestação de Contas do Exercício de 2022, em **26 de abril de 2023**;
- Declaração de voto nas opções do plano e orçamento para o ano de 2024, em **6 de dezembro de 2023**.

Anexamos estes documentos à presente declaração de voto e sintetizamos de seguida a nossa posição política de **VOTO CONTRA A PRESENTE PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2023 E A RESPECTIVA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**, apresentados recentemente pelo Presidente da Câmara Municipal de Évora, aos restantes membros do Executivo Municipal.

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista têm assumido posições de reiterada responsabilidade política e institucional, bem evidentes nos já referidos documentos, todos em anexo. Como resposta política da atual gestão comunista, fomos apenas registando preocupantes sinais de incumprimento de quase todos os compromissos relevantes que nos permitiram ter esperança nestes processos negociais.

Chegados aqui, passados que estão quase três quartos do mandato autárquico, não foi concretizada qualquer reforma significativa na Câmara Municipal de Évora, apesar das nossas reiteradas tentativas.

Continua sem ser possível termos uma moderna contabilidade de custos a funcionar e com outputs válidos para a gestão municipal, apesar dos enormes esforços dos poucos recursos técnicos disponíveis nas áreas relacionadas com a gestão financeira, de controlo de gestão, contabilidade e gestão patrimonial. Os poucos recursos humanos que estão disponíveis, técnicos e administrativos, estão exaustos e não conseguem mais.

Continuamos a ter uma Autarquia **sem capacidade de arrecadar receitas**, nomeadamente ao nível da captação de cofinanciamento de fundos comunitários e nacionais.

Continuamos com um **território pouco amigo de quem nele quer investir**.

Continuamos a **não conseguir atrair projetos económicos de grande dimensão** porque, em nossa opinião, somos um território sem estratégia.

Continuamos a ser uma Autarquia que consegue arrecadar 60 ou 70 milhões de euros em receitas e mantemo-nos “alegremente” a construir orçamentos de 80 ou 100 milhões de euros, para podermos aparentar ter solução para todos os problemas. No entanto, terminamos os sucessivos exercícios económicos com contas que não respeitam a esmagadora maioria dos compromissos políticos assumidos.

Estamos, ainda, a falar de uma prestação de contas que apresenta **117 milhões de euros entre compromissos futuros e obrigações futuras**.

II. EM MATÉRIA DE COMPROMISSOS POLÍTICOS ASSUMIDOS COM OS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA

No processo de negociação política do orçamento que deu origem a esta prestação de contas assumimos, pelo segundo ano consecutivo, uma postura construtiva, na qual negociámos, por quem governa, a apresentação de propostas concretas que pudessem prosseguir os **dez grandes desígnios que traçámos para o Concelho de Évora, no programa VAORIZAR ÉVORA**:

- 1. Valorizar e requalificar o Património do Centro Histórico de Évora e de todo o concelho:** criar um gabinete técnico para o Centro Histórico, libertar as muralhas de Évora de construções e outras ocupações que as ocultam há décadas; executar um programa de renovação de infraestruturas no Centro Histórico; recuperar as iluminações cénicas; intervir, de imediato, na valorização do Rossio de São Brás, entre outras medidas previstas;
- 2. Implementar de forma rápida a Estratégia Local de Habitação,** como instrumento estratégico para resolução dos principais problemas habitacionais dotado de mais de **65 milhões de euros de recursos financeiros**, a par da promoção de loteamentos para habitação nas freguesias rurais e da promoção dos processos de recuperação de fogos habitacionais e de serviços no Centro Histórico. É urgente aumentar a capacidade de realização de projetos técnicos para ultrapassar a incapacidade deste Executivo de captar cofinanciamentos comunitários e financiamentos nacionais;
- 3. Apoiar um forte aumento da competitividade do concelho de Évora,** permitindo a captação de novos investimentos, o apoio do tecido económico instalado, a atracção de recursos humanos qualificados e competentes e a criação de um Centro de Acolhimento Empresarial;
- 4. Melhorar significativamente o Atendimento Municipal;**
- 5. Reforçar o Apoio às Famílias,** nomeadamente através do cartão social do Município, de apoios às famílias numerosas, promover programas de atividades de tempos livres para crianças e jovens e incentivar a utilização da rede de transportes públicos e outras formas de mobilidade suave;
- 6. Valorizar a programação cultural da cidade e do concelho e planear de forma competente a execução de ÉVORA 2027,** envolvendo todos os agentes culturais e dinamizando a interação com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, a Direção-Geral das Artes e restantes instituições parceiras de “ÉVORA Capital Europeia da Cultura 2027”. Continua a preocupar-nos, nesta área, a existência de alguns agentes culturais que nem condições de espaço têm para desenvolver a sua atividade com a dignidade merecida;

7. **Aumentar a participação de todos os munícipes na vida autárquica:** criar finalmente o Orçamento Participativo Municipal e o Orçamento Participativo Jovem;
8. **Requalificar e modernizar os espaços públicos do concelho** para que possam ser vividos pelos munícipes: dar finalmente prioridade à urgente e drástica melhoria da limpeza urbana em todo o concelho, renovar os equipamentos e mobiliário urbano, repor a rede de parques infantis e de parques geriátricos de todo o concelho, prevendo o respetivo plano de manutenção. Todas as crianças do concelho têm direito ao seu parque infantil;
9. **Iniciar urgentemente a recuperação estrutural dos pavimentos mais deteriorados de Estradas e Caminhos Municipais**, porque o concelho de Évora possui, tristemente, uma das redes de estradas municipais mais deterioradas de Portugal;
10. **Promover a motivação dos trabalhadores municipais**, através da valorização das suas competências e adequada coordenação, porque os mesmos são fundamentais para o sucesso da missão da Autarquia.

Apesar das expectativas que ainda tivemos, **a presente prestação de contas em nada de relevante apresenta propostas reformadoras e reais, que ajudem a fazer este caminho de valorização e desenvolvimento económico e social sustentável para todo o Concelho.**

III. EM MATÉRIAS DE RESERVAS TÉCNICAS DAS QUAIS OS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA PRETENDEM SINALIZAR E DISTANCIAR-SE

Após a leitura possível no curto espaço de tempo que nos foi dado para a análise de todos os documentos apresentados na proposta agora em deliberação, bem como do respetivo relatório de revisão emitido pela SROC no passado dia 15 de abril, destacamos algumas conclusões preocupantes, as quais contribuem, de forma decisiva, para o nosso sentido de voto contra a proposta:

- a) a **falta de controlo interno** é um problema grave que faz com que a gestão da CME se apresente com elevado risco de exposição e responsabilidade;
- b) a **ausência de implementação de processos de reestruturação** já consensualizados (por exemplo, na Divisão de Gestão Urbanística, quer em termos de RH, quer em matérias de sistemas de gestão) é causadora de impactos negativos não despreciables nas contas da Autarquia e continua a causar desmotivação nos trabalhadores municipais;
- c) Os ativos, nomeadamente os fixos tangíveis, recebidos do Estado pelo Município no processo de transferência de competências na área da Educação, **ainda persistem por registar nas contas da Autarquia**, facto que não nos permite concluir sobre o verdadeiro impacto que esta matéria possa vir a ter nas demonstrações financeiras da CME;
- d) as **reconciliações bancárias do exercício de 2023 estão muito longe de estar concluídas**, quer devido aos efeitos detetados no ano anterior, quer ainda no que respeita aos movimentos do exercício de 2023;
- e) Salvaguardamos, igualmente, que o **processo de averiguações efetuado à tesouraria do Município**, entregue às autoridades judiciais, não teve ainda, que tenhamos conhecimento, qualquer decisão ou conclusão ao nível de processos internos de averiguações e disciplinares. As conclusões da averiguação da dimensão destes impactos, na sua integralidade, podem, ainda, não estar refletida nas contas, porque ainda são indeterminados, tendo apenas uma primeira avaliação. Deve ficar bem claro que estes impactos serão significativos a variados níveis das demonstrações financeiras: ativos (meios financeiros líquidos), rendimentos (taxas, vendas e prestações de serviços), passivos (outras contas a pagar e provisões), gastos (registo de despesas financeiras) e, finalmente, nos resultados destes documentos de prestações de contas.



Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista continuam, como sempre, disponíveis para analisar eventuais futuras propostas de retificação dos documentos agora apresentados, bem como de analisar outras propostas que nos possam vir a fazer acreditar que não teremos politicamente “mais do mesmo” até final do presente mandato autárquico.

Para terminar, **o senhor vereador José Calixto** solicitou que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto dos Vereadores eleitos pelo PS, bem como que ficassem anexos à presente ata os seguintes documentos;

- Declaração de voto nas Opções do Plano e Orçamento do Município para 2023, em **15 de fevereiro de 2023**;
- Declaração de voto na Prestação de Contas do Exercício de 2022, em **26 de abril de 2023**;
- Declaração de voto nas opções do plano e orçamento para o ano de 2024, em **6 de dezembro de 2023**.

O senhor Vereador Henrique Sim Sim fez a seguinte intervenção:

Gostaria de começar por saudar, uma vez mais, os profissionais da Câmara Municipal de Évora pelo trabalho realizado ao longo do ano de 2023.

A apreciação do documento que fazemos é, eminentemente, política, e não técnica.

Reconhecemos o empenho e colaboração da generalidade dos trabalhadores do Município continuando, todavia, a verificar que o Executivo CDU continua a recorrer muitas vezes a Avenças Externas, mesmo existindo recursos no Município, o que leva a situações de desperdício de recursos, desmotivação dos trabalhadores do município e, claro, o aumento de custo em fornecimentos e serviços externos.

Estamos hoje a apreciar um conjunto de documentos de reporte e prestação de contas face ao ano de 2023.

A nossa apreciação geral continua a não ser positiva. Continuamos a entender que, com os recursos humanos que o município tem ao seu dispor – perto de 1.400 trabalhadores – e com o orçamento disponível neste ano – cerca de 64 milhões de euros, seria possível e desejável fazer mais e melhor.

Nas diferentes dimensões de gestão quotidiana do município, continuámos a ver ineficiências e a ausência de medidas estruturais ou corretivas para as questões básicas da limpeza e manutenção dos espaços públicos – ervas, lixos, depósitos ilegais, ... sendo esta uma das principais queixas dos eborenses.

Em 2023, pouco se avançou na conservação e melhoria das vias rodoviárias, excetuando-se parte da variante, mantendo-se num estado de degradação inaceitável para a nossa cidade. Aliás, os problemas de mobilidade em Évora têm vindo a agravar-se e, apesar de finalmente se ter aprovado o Plano de Mobilidade Urbana, para os Eborenses, pouco ou nada tem positivamente mudado, antes pelo contrário.

Por outro lado, ao nível da conservação e valorização do património edificado, continuamos a ver arrastar-se processos anos atrás de anos, alguns dos quais vêm do Mandato anterior, como seja a elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Évora, a definição da Zona Especial Proteção do Centro Histórico, a recuperação da Iluminação da Praça do Giraldo e Arcadas, das Muralhas, a realocação dos serviços de higiene no largo Machede velho, o plano de gestão e salvaguarda do Cromeleque dos Almendres entre tantos outros. A intervenção na Rua Mendo Estevens também não avança e ainda não foi em 2023 que o Salão Central abriu ao público.

O Programa de Prevenção e Remoção de Pichagens ficou na gaveta, deixando proliferar este conjunto de agressões ao património privado e público na nossa cidade, e a implementação da videovigilância no Centro Histórico apenas avançou a custo, estando ainda muito longe da sua concretização. Este é um assunto que ganha importância a cada dia que passa.

Os bairros continuam sem ver investimentos dignos desse nome, mantendo-se apenas uma limpeza intermitente que não satisfaz os seus moradores. Na Malagueira, continua sem se proceder à reparação da conduta, nem cuidar dos espaços públicos, nem se avançou com o programa de pinturas.

Sobre equipamentos municipais, também ainda não foi em 2023 que se avançou na empreitada de reabilitação do Centro de Recolha Oficial, vulgo canil, do Município, mantendo-se este a funcionar em condições muito pouco adequadas para os seus trabalhadores e voluntários, e também sem condições para acolher as dezenas de animais. Salva-se a instalação de câmara de videovigilância neste equipamento, depois de muita insistência por parte por parte dos Vereadores do PSD.

Felicita-se a concretização da concretização e inauguração da Ludoteca de Évora, um espaço renovado para as nossas crianças, não podendo de deixar uma forte crítica, uma vez mais, ao total desinvestimento na conservação e valorização dos Parques Infantis da nossa cidade. Não é aceitável que estes equipamentos se encontrem no total estado de degradação e abandono em que se encontram.

Na área social, acentuam-se alguns problemas sociais, designadamente na área da pobreza, como é referido no Relatório em apreciação, assim como nas áreas da exclusão social. O investimento previsto para o Centro de Acolhimento Temporário, em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Évora, financiado pelo PRR, tarda em avançar, colocando-se mesmo em causa a eventual perda de financiamento.

Sobre política de juventude, vemos algumas melhorias, mas ainda estamos longe de Évora ser uma que pensa verdadeiramente em criar condições para que os jovens aqui se concretizem nas diferentes dimensões, ainda estamos longe de ser uma *cidade jovem*! O investimento nas organizações juvenis continua a ser residual – 19 mil euros - e ficou muito longe dos prometidos 40 mil euros.

Nota positiva para a concretização, ainda que com muitas demoras e entraves, no programa de investimento de reabilitação das infraestruturas desportivas, um programa que consideramos estrutural para dinamizar o nosso tecido associativo na área do desporto.

Igualmente seria importante concretizar a Comissão Municipal do Desporto, aprovado por unanimidade nesta Câmara em 2021, sem qualquer avanço até ao momento. Recordamos também que o Estudo para a concretização do Centro de Alto Rendimento desportivo continua sem avançar.

Também no que diz respeito à dimensão económica, registamos que continua sem se avançar numa verdadeira estrutura de promoção, valorização e coordenação das zonas e parques industriais, de uma política proactiva e diligente de atração e apoio ao investimento. A zona industrial de Nossa Senhora de Machede, prometida desde 2017, ainda não é uma realidade.



O Município vai respondendo aos estímulos externos – lentamente – e não é um agente dinamizador da dimensão económica, a qual cria emprego, acrescenta valor a cidade e concelho, melhora a qualidade de vida dos Eborenses, atrai e fixa novos residentes.

Todavia, sem habitação não conseguimos garantir a vinda de novos residentes. Os processos de loteamentos privados não avançam – falta sempre mais algum elemento – com elevados prejuízos para todos os eborenses que não conseguem ter acesso a habitação de qualidade.

A Estratégia Local de Habitação a avançar, embora lentamente. A empreitada da Rua das 12 Casas continua por concretizar e o investimento na conservação do edificado social, via Habévora, foi muito baixo.

O acesso a habitação é hoje um verdadeiro drama para os Eborenses, e o Município não tem sido um parceiro ativo para a solução destas questões, antes pelo contrário. O PDM foi desenvolvido de forma lenta e atabalhoada, tendo passada mais de 2 anos desde a sua entrega na CCDRA. A revisão do PUE também se afigura não responder às necessidades dos vários *stakeholders* da cidade.

A nível da promoção turística, mantêm-se também uma ténue atividade, destacando-se apenas a presença na BTL. O nosso Posto de Turismo continua por se adaptar às novas realidades, a sinalética turística fica para as calendas e o Centro Interpretativo de Évora sito no Palácio D. Manuel, continua a encerrar ao Domingo. Estamos longe de criar condições para Évora se potenciar plenamente esta dimensão

Continuamos, ao invés, a verificar um investimento desproporcional nos eventos culturais próprios do Município, embora com custos mais controlados, mais ainda assim com um peso excessivo face ao impacto cultural, social ou económico que realmente produz.

Preocupa-nos o grande projeto Évora Capital Europeia da Cultura, não tanto a sua dimensão imaterial, mas a componente infraestrutural. É fundamental ter os projetos desenvolvidos para os poder vir a candidatar e executar.

O tempo passa e estamos a cerca de 30 meses do seu início! Como vamos acolher centenas de milhares de visitantes no nosso espaço público que já hoje não dá resposta às necessidades básicas na área do estacionamento, da mobilidade, da higiene e limpeza, nos equipamentos urbanos e em tantas outras dimensões? Onde vamos realizar e acolher eventos de natureza cultural?

Enfim, poderíamos ainda continuar a identificar outras grandes fragilidades de mais um ano do Executivo da CDU, mas penso já ser suficiente para ilustrar o nosso descontentamento, e que temos reiteradamente referido nesta Câmara, sendo que avaliação final será feita pelos Eborenses já no próximo ano.

Senhor Presidente,

No que diz respeito às contas, ficamos mesmo muito preocupados com o que lemos.

Efetivamente, o Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Évora de 2023, de autoria da Revisão Oficial de Contas, é muito, muito preocupante...

Primeiro, voltamos ao ponto do número de trabalhadores no Município.

Recorde-se que ainda não temos aprovado o Balanço Social de 2023 - o que já deveria ter ocorrido - mas o Relatório de Gestão regista que em Dezembro de 2023 o Município contava com 1337 trabalhadores, sem contar as Avenças.

A massa salarial totalizava cerca 44,11% dos custos totais da Câmara Municipal. É um valor que, todos sabemos, não é comportável, pois amputa o município da disponibilidade de verbas para outras funções essenciais.

Gastar praticamente metade do nosso orçamento em pessoa é muito preocupante. Recordo que o valor médio dos Municípios em Portugal ronda os 30%.

Em 2023, o Município contratou 216 novos trabalhadores, para além dos quase 300 que são referidos terem vindo por transferência de competências.

Certo que saíram 76, mas, ainda assim, este é número não era tão grande desde os tempos do PS, que nos levaram ao sobreendividamento e ao PAEL.

A continuar assim, o Município fica sem liberdade para intervir noutras dimensões básicas de gestão da cidade, a não ser que se vá financiar à banca, como aliás já o fez em finais de 2023 no valor de 3,5 milhões de euros, com os inevitáveis custos financeiros que serão pagos por todos os Eborenses.

Pagamos, em média, mais de 1 milhão de euros por ano em juros à banca.

Continua, também, sem ser negociado os contratos de fornecimento de água com a Águas Vale do Tejo, que pesam muito no orçamento municipal, assim como não se tem investido na diminuição de água não faturada, que se encontra com valores superiores a 25%.

É urgente intervir nesta dimensão, não só por causa dos custos económicos, mas também pela dimensão ambiental. Também ao nível da gestão de resíduos, que teve este ano um incremento muito substancial, é fundamental intervir, também pela razão económica e ambiental.

Sobre as questões de “dificuldades de tesouraria” que o Senhor Presidente aqui há umas semanas anunciava, vale a pena sublinhar o que está expresso no Relatório da ROC: ***“A falta de controlo interno é evidente e significativa, pelo que mais uma vez se impõe dever serem tomadas medidas de urgência extrema e impositiva.”***

E também vale a pena referir o que vem expresso sobre os desvios na tesouraria detetados há cerca de 2 anos, mas cujos sinais já vinham de anos anteriores: ***“O valor de 411.328,15 € assumiu-se como a responsabilidade a atribuir ao processo de apropriação indevida de ativos. Considerando-se ser um valor sobre o qual recai um risco de não recuperabilidade(...). Aquando da sua conclusão todos os valores serão ajustados e a provisão passará a ser reclassificada como imparidade, ponderado que será o nível de risco de incobrabilidade.”***

Refere ainda que ***“as reconciliações bancárias do exercício de 2023, ainda não estão concluídas, por um lado por via dos efeitos detetados no ano anterior e por outro por via dos movimentos do exercício de 2023, que não permitiram a conciliação de todos os movimentos em processo.”***

Apesar das mudanças operadas, a falta de controlo interno ainda se apresenta com elevado risco de exposição e responsabilidade. Todavia entendemos que neste exercício, não se trate de apropriação indevida de ativos, mas antes de falta de controlo e práticas mais apropriadas e adequadas ao elevado movimento financeiro que o Município tem.”

As fundadas dúvidas que temos reiteradamente apresentado, levaram-nos mesmo a solicitar uma Auditoria Externa às contas do Município, em finais de 2022.

Apesar de tudo, o Município cumpre os limites em relação à dívida total, apurando um valor de dívida (incluindo participadas) de 50,2 milhões de euros, mantendo a trajetória de descida do valor da dívida, o que se felicita.

A dívida diminuiu assim cerca de 3 milhões, estando a Margem para Endividamento na ordem dos 6,8 milhões de euros o que, sendo positivo, não nos permite encarar os grandes desafios que temos, designadamente com Évora Capital Europeia da Cultura, com grande à vontade.

Sobre os pagamentos em atraso, apesar dos dados oficiais referenciarem 22, ou 50 dias, dependendo da contabilização, temos tido reiteradamente contactos de fornecedores que afirma ter pagamentos em atraso, designadamente os relacionados com feira e festivais.

O Município cumpre a regra de equilíbrio orçamental, embora tenha diminuído em 4 milhões de euros este valor, diminuindo de 8,4 milhões de euros em 2022 para 4,4 milhões de euros.

O Relatório refere também que o Município obteve um resultado líquido negativo de 3.416.939,95 €, ou seja, 3,5 milhões de euros, para simplificar.

Parecem ter existido problemas com a obtenção da execução da receita, a qual atingiu um grau de 76,46%, contra 83,54% em 2022, posicionando-se a mesma abaixo do limiar de alerta precoce (85%). No ano de 2021 o índice de execução da receita foi de 87,7%.

Refere o Relatório do ROC que *“a implementação e monitorização adequada do regulamento de sistema de controlo interno, para além de melhorias ao nível do funcionamento dos serviços, visando a eficácia e a eficiência do Município. Reforça-se a importância urgente e inadiável ao nível da arrecadação da receita e tesouraria”*.

Assim, foi absorvido parte do saldo de gerência do ano anterior em cerca de 2 milhões de euros. Entre 2021 e 2023, o saldo de gerência orçamental passou de 4,8 milhões de euros para 1,7 milhões de euros, consumindo valor gerado anteriormente de 3,1 milhões de euros, essencialmente por via das atividades operacionais! Isto não é, obviamente, sustentável.

O saldo da gerência orçamental para o ano seguinte (2024) é de 2,6 milhões de euros (1,7 milhões de euros de saldo orçamental e 863 mil euros de operações de tesouraria), pelo que, a este ritmo, **chegaremos a 2025 com saldo de gerência zero ou negativo...? Que contas vai a CDU deixar para o próximo Executivo?**

Por último, nota para o facto do Relatórios do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município para os anos 2022 e 2023 não estarem elaborados. Conforme anteriormente referido, também o Balanço Social de 2023 não se encontra elaborado nesta data, assim como os Relatórios de Avaliação do Direito à Oposição (2022 e 2023).

Em coerência com o que temos referido, iremos manter o nosso Voto de Abstenção com Declaração de Voto, considerando que as contas foram devidamente auditadas pela Revisora Oficial de Contas e, nesse sentido, não nos merece falta de confiança.

Os resultados económico-financeiros obtidos pela gestão do Executivo CDU, essa sim, merece-nos forte preocupação, e isso mesmo temos reiteradamente referido em várias reuniões públicas de Câmara.

De seguida, o senhor Vereador solicitou que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto dos eleitos pela Coligação Mudar com Confiança.

A senhora Vereadora Florbela Fernandes fez a seguinte intervenção:

O Movimento Cuidar de Évora continua a defender que devemos alterar prioridades, aumentar o rigor na gestão do Município e qualificar a resposta Municipal nos mais diversos sectores.

Defendemos igualmente uma forma de estar na política que não se pauta por prometer tudo a todos, quando sabemos bem, que o Município não o pode fazer.

Consideramos que a gestão municipal continua a carecer de mais transparência e de se libertar de lóbis e interesses que não respondem aos interesses da generalidade dos Eborenses.

Preocupa-nos a participação da Câmara Municipal na CEC, na obra do Novo Hospital, sem que exista transferência do OE, antecipadamente, na necessária política de obras públicas para reestruturação das infraestruturas do concelho, na participação do Município na obra de reabilitação da ESAG, só para enunciar os grandes projetos em mãos excluindo, aquele que é prioritário, a concretização da Estratégia Local de Habitação, o maior problema que temos ao desenvolvimento do território.

Da análise à documentação enviada, salienta-se o seguinte que fundamenta o voto do MCE:

1. Em matéria de GESTÃO FINANCEIRA os Resultados líquidos apresentados são negativos em mais 3 Milhões face ao ano de 2022, quase que quadruplicou face ao exercício anterior, o que é preocupante.
2. Existe um acumulado de resultados líquidos negativos de 94.450 Milhões
3. Património líquido aumenta 6 Milhões. De onde vem este aumento?! Reavaliação?!
4. A redução de passivo resulta do pagamento dos créditos 3M993 e não mais;

5. As regras do saneamento financeiro indicam que a taxa de execução da receita, dos últimos dois exercícios tem de ser sempre superior a 85%, em 2021 e 2022, cumpriu-se, em 2023 temos uma taxa de 76%
6. Continuamos com o défice estrutural de 20Milhões e continuamos a projetar e a prometer aos Eborenses o que não temos, indo para além do que efetivamente recebemos.
7. Os prazos dos pagamentos em atraso, não compreendo, quando temos mais de 4M de dividas a fornecedores e 1M 800 de empreitadas, talvez esta situação se compreenda apenas porque transformámos dívida de curto prazo em dívida de médio prazo com o empréstimo de fizemos ao BEI
8. Execução de Fundos europeus abaixo dos 30% ?!

De salientar que analisámos um Documento tecnicamente muito bem elaborado, claro e transparente.

Posto isto, preocupa-nos que as contas se estejam a degradar, que mantenhamos a ausência de medidas de política para controlar e reduzir despesa e, simultaneamente, ausência de medidas de política para aumentar receita – por exemplo implementação da Taxa Turística ou medidas de qualidade dos serviços urbanísticos – mantendo-se o défice estrutural de 20Milhões.

A leitura deste Relatório justifica o empréstimo de 3Milhões, que fizemos este ano, o que implicará que 2024, apresente a menor capacidade de financiamento desde o tempo do PAEL, pouco mais de 1Milhão de euros, caso a tendência demonstrada neste Relatório de Gestão de 2023 não se altere no atual exercício.

Positivo, para além da qualidade da informação prestada, destaco a redução do saldo de gerência, pese embora, lamente que o mesmo não seja acompanhado pela taxa de execução da receita (76,5%), e não responda às dividas a fornecedores (+ de 4Milhões).

Em face do exposto o MCE não pode acompanhar este Relatório, **ABSTENDO-SE**, e volta a apelar à mudança estrutural na forma de gestão do Município que carece, como pão para a boca, de introdução de medidas rigorosas de redução de despesa corrente, maior eficiência e eficácia na gestão dos serviços, modernização e desburocratização em todos os sectores, com destaque para os que geram receita ao Município.

Para terminar, **solicitou que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto da eleita do MCE.**

A senhora Vereadora Patrícia Raposinho começou por agradecer o trabalho da equipa que constitui o Município porque, apesar de tudo o que possam ali referenciar, nunca devem destacar negativamente aquilo que é o trabalho e contributos diários que cada um faz, segundo as versões e estratégias daqueles que têm o poder de execução do município e, portanto, de reiterar a capacitação e valorização dos mesmos.

Realçou que continuam a considerar a importância da formação continua, que deve incidir sobre matérias que efetivamente promovem a pessoa, o trabalho que realiza e a sua efetividade, que depois se conjugará naquilo que serão os saldos das contas do Município.

Felicitou a equipa que trabalhou neste documento porque, de facto, tem uma leitura muito acessível e estruturada, bem como a equipa da divisão de comunicação que tem criado novas dinâmicas de comunicar a cidade de Évora e os seus eventos porque, e sempre como tem sido defendido pelo PSD, esta valorização cria também investimento e uma forma de receita a nível de futuro e, é importante que pensem nisto, quando analisam contas e fazem prospeção para orçamentos.

Referiu que a ação do PCP, enquanto aquele que dirige o Município de Évora, se traduz continuamente em pseudo-compromissos não efetivados, e por isso continuam a considerar a



não confiança nos compromissos assumidos, que alguns não foram e muitos continuam por se concretizar, desde logo sabendo que o Eborense à medida que vê o desenvolvimento deste mandato, vai perdendo a confiança naquilo que é ter este Executivo, ao leme da cidade.

Preocupa-os a redução de receita que diminuiu em 8%, ou seja, têm aumento a despesa que a ser de investimento tem que obrigatoriamente aumentar a receita, e de facto não há aqui um bom estudo que os possa levar a crer que vão iniciar esse dinamismo, aliás têm precisamente iniciado a redução desta receita.

Mantêm-se uma política que se lhes aparenta ser anti Europa, sem utilização dos fundos europeus, e sem a execução clara dos mesmos, com uma redução e execução abaixo dos 30%, sendo assim uma narrativa claramente de quem não quer trabalhar com a Europa, e com os programas europeus, que tanto poderiam levar o município de Évora mais além.

Ao nível dos custos, já o tinham proposto aquando da aprovação do orçamento de 2024, deviam fazer uma tentativa estratégica para a redução dos custos na ordem dos 3%, que claramente não foi atendido nem iniciado, ou seja, verificaram que há uma promoção de despesa mas que em nada é promoção de despesa de investimento, no sentido em que não existe uma ligação com a receita, que continua a reduzir e não a ampliar.

O Orçamento e, agora, as contas da Câmara ilustram aquilo que é do entendimento do PSD que é a inexistência de dinamização da economia.

A promoção do espaço público também é inexistente; continua a ser pouco e sem estratégia definida porque o espaço público pode ser uma forma de projeção e investimento, e trazer inclusive receita para a cidade.

Chamou a atenção para o alerta da ROC relativamente aos pagamentos que estarão na ordem dos 50 dias de execução, e o senhor Presidente disse que terminou a avaliação financeira em dezembro de 2023 com tudo, exceto o que estava em saldo de 90 dias, que consideram que são procedimentos e compromissos muito alargados, que se fossem mais reduzidos podiam melhorar aquilo que seriam parcerias saudáveis para com as empresas e fornecedores que trabalham com a Câmara.

Em resumo entendem que têm que ser ágeis na redução de despesa; rápidos na sua execução, e concretização para que também seja rápido aquilo que será a receita de futuro para o Município, que deve ter uma dinâmica que obrigatoriamente tem que ser conseguida, porque se estão só com muitos projetos apenas em estado de estudo, por mais que sejam procedimentos obrigatórios em lei, devem e têm que ser agilizados sob pena de considerarem que vão dificultar e impugnar o desenvolvimento da cidade.

Para terminar, a senhora Vereadora referiu que ao nível da tesouraria, consideram que seria importante criarem um caderno de procedimentos para implementação de sistemas de controlo de práticas no que diz respeito ao exercício da tesouraria e de todo o movimento financeiro da Câmara, aliás, na sequência do que já tinham falado anteriormente e que a própria ROC refere, ou seja, não há um bom controlo daquilo que são os movimentos financeiros do município, nem uma definição de práticas que permitam, até, agilizar e regulamentar melhor estas situações.

O senhor Presidente, interveio novamente para, de forma sucinta, dar resposta às intervenções feitas pelos senhores Vereadores, das diferentes forças políticas, que se consubstancia na declaração de voto abaixo apresentada.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da CDU, Carlos Pinto Sá e Alexandre Varela, com 2 votos contra dos Vereadores do PS, José Calixto e Bárbara Tita, 2 abstenções dos Vereadores, da Coligação Mudar Com Confiança, Henrique Sim-Sim e Patrícia Raposinho, e 1 abstenção da Vereadora Florbela Fernandes do MCE. Tendo o senhor Presidente usado o voto de qualidade, nos termos do art.º 33 no nº 1 do Código do Procedimento Administrativo. Submeter a mesma, também, para deliberação da Assembleia Municipal.

Declaração de Voto dos Eleitos da CDU, Carlos Pinto Sá e Alexandre Varela:

Os eleitos pela CDU votam favoravelmente a Prestação de Contas de 2023 pelas seguintes principais razões que abaixo se expõem.

A) Introdução

A atividade e a gestão municipal no ano de 2023, segundo ano civil do mandato 2021-2025, foram marcadas pelo início da construção de Évora Capital Europeia de Cultura em 2027, pela concretização dos investimentos aprovados, com as necessárias reprogramações, no Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia conhecido por PT 2020 e na região por PORA 2020, pela apresentação das primeiras candidaturas ao PRR, por investimentos em áreas carenciadas e sentidas pelas populações como na rede viária, nas escolas, no abastecimento de água e saneamento, na área social, e ainda por um reforço da intensa e diversificada atividade em áreas que vão do Plano Local de Habitação à alteração do PDM e à revisão do Plano de Urbanização da cidade, da cultura e animação sociocultural ao reforço dos apoios às associações, criadores e agentes culturais, do desporto e apoio aos clubes à dinâmica da juventude, da educação à ação social e à saúde, ao investimento e dinamização da economia local e do emprego à promoção nacional e internacional de Évora e do Alentejo.

O ano de 2023 foi, também, marcado pela continuidade da guerra na Ucrânia, que prosseguiu sem fim à vista e tem ameaçado escalar com enormes perigos para os Povos da Europa; o recrudesimento da guerra Israel / Palestina, com os atos terroristas com 1.200 mortos e a tomada de reféns civis perpetuados pelo Hamas, com a catástrofe humanitária que atinge 2 milhões de palestinianos e o genocídio – que já ultrapassa os 34.000 mortos entre crianças, jovens, mulheres e homens – em curso na Faixa de Gaza perpetuado pelo Governo israelita.

O Município de Évora afirmou a sua solidariedade ativa com os Povos atingidos, principais vítimas das guerras, defendeu a urgência de fazer o caminho da Paz e não da guerra, com base nos acordos, convenções e resoluções da Organização das Nações Unidas. A guerra prolongou o impacto negativo na economia da Europa e do mundo. O processo inflacionista que já se vinha registando no final de 2021, foi acelerado e ampliado em 2022 e prolongou-se para 2023.

À semelhança do ano anterior, foi atípico, de grande incerteza, com severos impactos negativos, nomeadamente a nível económico e social, que afetou e obrigou a alterações na programação municipal prevista, mas que permitiu, ainda assim, salvaguardar o equilíbrio económico e financeiro estrutural e assegurar uma intensa e diversificada atividade municipal.

As Opções do Plano e o Orçamento Municipal de 2023 estruturaram soluções de compromisso provenientes das propostas programáticas apresentadas por diversas forças políticas representadas no Município. A negociação para a viabilização das Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2023 foi complexa, o que levou à sua aprovação final pela Câmara Municipal em 15/2/2023 e pela Assembleia Municipal em 28/2/2023, ainda assim cerca de 2 meses antes do verificado em 2022. A sua aplicação verificou-se, portanto, a partir de março de 2023.

B) A Força de Trabalho

A força de trabalho do Município registou um aumento de 9 trabalhadores face ao ano anterior, o que na prática não aconteceu dado que a transferência de competências, na área da saúde, transferiu 10 trabalhadores. Comparando com 2013, e tendo em conta a entrada, em 2022 e 2023, de 319 trabalhadores das áreas da educação e da saúde, por via da transferência de competências, o Município regista menos 45 trabalhadores.



Salientou que a Câmara Municipal está, na maioria dos Serviços, a trabalhar acima dos seus recursos e a garantir, globalmente, respostas de serviço público muito positivas e isso se deve ao profissionalismo, ao empenhamento e, até, a alguns sacrifícios da grande maioria dos trabalhadores municipais, aos quais agradeceu o desempenho em prol do serviço público.

C) Principais Dados Financeiros e Económicos

Os principais dados financeiros e económicos são globalmente positivos, ainda que registando alguns aspetos negativos.

A **dívida global do Município**, desde o início do penúltimo mandato, outubro de 2013, até 31/12/2023, registou uma significativa redução global: menos € 44,7 milhões de euros, menos 47 %, sendo agora o valor da dívida global de € 50,4 milhões de euros. Em 2023 face a 2022, a redução global da dívida foi de **menos 3.003.578,22€, menos 5,65%**.

O **prazo médio de pagamento** a fornecedores era, em 2013, de 755 dias, tendo sido reduzido, até 31/12/2023, em 733 dias, ou seja, em menos 97%. Em 2023, face a 2022, houve uma redução de 47 dias, passando de 64 dias para 22 dias. Ressalva-se que o PMP apurado para 2023, calculado conforme instruções da DGAL, é influenciado pelos registos, na classe 4, dos bens afetos à concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão e da parte do terreno de expansão do PITÉ que integrou os domínios público e privado do Município. Expurgando estes registos patrimoniais, efetuados no decorrer dos trabalhos de encerramento de contas, o **PMP apurado para 2023 seria de 50 dias**.

O Município terminou o ano de 2023 **sem pagamentos em atraso**, isto é, não havia dívidas vencidas superiores a 90 dias.

Quanto à **evolução financeira**, o **equilíbrio orçamental** que em 2013 era negativo em € 9,5 milhões de euros, na verdade um grande desequilíbrio, registou, em 2023, um valor de € 4,4 milhões de euros positivos, menos € 4 milhões do que em 2022. Também o **saldo orçamental** que em 2013 era negativo em € 7,7 milhões de euros, registou, em 2023, um valor positivo de € 7,2 milhões de euros, menos € 3,8 milhões do que em 2022. Ainda que mantendo valores muito positivos, regista-se as reduções de 2022 para 2023, que decorrem dos impactos negativos da evolução da situação económica.

Quanto à **evolução económica**, o **EBITDA** (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou seja o “**resultado antes de depreciações e gastos de financiamento**”, é positivo em € 7,5 milhões de euros, tendo aumentado, de 2022 para 2023, em € 1,9 milhões de euros, como aliás refere a Revisora Oficial de Contas (ROC). Os **resultados operacionais** que, em 2013, eram negativos em € 11,6 milhões de euros, registaram, em 2023, um valor negativo de € 1,9 milhões de euros. Os **resultados líquidos do exercício** que em 2013 eram negativos em € 12,7 milhões de euros, registaram, em 2023, um valor negativo de € 3,4 milhões de euros. Os resultados continuam a ser muito negativamente afetados pelos custos pagos ao sistema multimunicipal de águas e saneamento, mas também decorrem dos impactos negativos da evolução da situação económica, nomeadamente da inflação.

A **evolução do limite do endividamento** que, em 2013, apresentava um enorme excesso de endividamento de € 32,6 milhões de euros, registou, em 2023, uma capacidade de endividamento de € 20,5 milhões de euros, que cresceu, face a 2022, em € 6,8 milhões de euros.

Registou-se uma receita total de € 63,8 milhões de euros, correspondendo a uma execução de 76,5%. Tendo em conta que cerca de € 14 milhões de euros correspondem a cabimentos obrigatórios de despesa que passa de ano civil, a execução foi mais baixa do que o previsto em cerca de € 5,6 milhões de euros, situação que decorreu da não concretização, ainda em 2023, do empréstimo aprovado de € 3 milhões de euros e, também, do impacto negativo da evolução da situação económica global.

D) Principais Aspetos da Gestão Municipal

A **gestão política** do Município exigiu o regular confronto de posições, a disponibilidade das diversas forças políticas para negociações de busca dos consensos possíveis, a concertação de posições finais.

Na **área da habitação** deu-se continuidade à concretização da Estratégia Local de Habitação e do Plano Local de Habitação, nomeadamente:

- Concluído o Atlas de Habitação e Reabilitação Urbana, aprovadas as Operações de Reabilitação Urbana, realizados mais de 1.300 atendimentos para o apoio a proprietários para obtenção de benefícios fiscais ou de reabilitação dos prédios;
- O papel da Habévora com as candidaturas para a reabilitação do Bairro Gen. Humberto Delgado referente a 62 fogos e a obra, em curso, para a reabilitação de quarteirão no bairro da Malagueira no valor de € 1,3 milhões de euros, no total de 12 habitações devolutas;
- O apoio a candidaturas de 235 agregados familiares, 730 atendimentos/visitas domiciliárias, 117 vistorias e 80 autos de vistoria no âmbito de candidaturas ao 1º Direito, elaboração do projeto de execução para novo Centro de Acolhimento de Urgência e Temporário em Évora, com investimento previsto de 705.200€;
- Com a saída do PAEL, foi iniciada uma trajetória de descida do IMI, compatível com o equilíbrio económico do Município. Em 2023, o IMI foi reduzido de 0,42% para 0,40%.

A **Rede Social** continuou a desempenhar um papel essencial nas respostas sociais, destacando o novo **Plano de Desenvolvimento Social 2024-2027** que iniciou a sua concretização, bem como o **Plano Integrado de Apoio Social**, que prosseguiu aplicação do novo Cartão Município Solidário, alargando o universo dos beneficiários. Deu-se, também, continuidade ao **Programa de Melhoria das Condições de Habitabilidade**, para apoiar obras de requalificação de outras habitações próprias ou arrendadas bem como a **ação social Escolar, os transportes e as refeições escolares**, cujos apoios foram além da lei.

Refere-se o funcionamento regular do **Centro de Convívio da CME**, o funcionamento depois da obra de mais de € 400 mil euros do **Centro de Convívio de S. Miguel de Machede**, a conclusão da obra do **Centro de Convívio do Bairro de Santo António**, mais de € 400 mil euros, e os trabalhos para a requalificação dos **Centros de Convívio da Horta das Figueiras e da Malagueirinha**.

O Município empenhou-se na transferência de competências imposta na área social em para garantir a não verificação de situações de rutura na transição, as respostas de emergência bem como todo o apoio social transferido, garantindo ainda parcerias com instituições sociais.

Releva-se a aplicação do **Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação**.

Na área da **educação** consolidou-se o processo de transferência de competências, e nomeadamente, o acolhimento de 309 novos trabalhadores. Continuou-se a resolver problemas diversos como direitos dos trabalhadores que não eram cumpridos ou a devolução de competências, por delegação, aos Agrupamentos.

Destaca-se a Carta Educativa, o Plano Educativo Local, o avanço do projeto da Escola André de Gouveia e **os investimentos de mais de € 1 milhão de euros em escolas**. Salienta-se a importância dos **apoios socioeducativos em cerca de € 1 milhão de euros**.

Na área da **Saúde**, a Câmara Municipal cumpriu os seus compromissos quanto às obras de acessibilidade e redes de abastecimento de água e saneamento para o Novo Hospital Central do Alentejo, mas continuou à espera que o Governo cumprisse o comprometido no Protocolo assinado em maio de 2023 que garantiu o financiamento a 100%.

Na área do **Desporto**, salienta-se a aplicação, ainda que com atraso, do Programa de Apoio a Instalações Desportivas, o **reforço dos apoios aos clubes e ao desporto em geral que atingiu € 600 mil euros**, o avanço do projeto do novo Estádio Desportivo, decorrente do concurso municipal, e destacou a imensa atividade desportiva com particular foco no Complexo Desportivo e nas Piscinas Municipais em que esta fase da requalificação, com um investimento global de € 500 mil euros, foi concluído, tendo registado um aumento de utentes de mais de 40%.

Sublinha-se a prioridade e o reforço de apoio para a **Juventude**, nomeadamente, continuando a aplicar o Plano Municipal para a Juventude, a incentivar a dinâmica e participação do Conselho Municipal de Juventude, o Mês da Juventude, o importante projeto municipal e em parceria que é a Orquestra Juvenil de Sopros e, ainda, o Festival Jovem.

Na área da **cultura e património**, para além, do início da construção de **Évora Capital Europeia da Cultura 2027**, prosseguiu o **Programa de Revitalização do CH** e o **Programa de Valorização Integrada do Património** que continuou a reabilitação do Aqueduto da Água de Prata, o projeto para valorização do Cromeleque dos Almendres e a exigência da salvaguarda da Anta Grande do Zambujeiro.

O crescente prestígio internacional de Évora ficou bem patente nas várias solicitações e participações em instituições internacionais em que se destaca a Organização das Cidades Património Mundial, de que o Presidente da Câmara Municipal é Vice-Presidente, ou a organização Mayors For Peace, que o Município lidera em Portugal.

Na área do **desenvolvimento económico**, continuámos a atrair investimento, a aumentar os postos de trabalho, a gerar mais rendimento e riqueza em Évora. Destaca-se:

- A abertura do novo Garden Inn Hotel da cadeia Hilton, um investimento de € 22 milhões de euros com a criação de 60 postos de trabalho;
- A expansão da empresa AERNOVA, que atingiu mais de 600 postos de trabalho;
- O novo investimento da TYCO;
- A instalação de diversas empresas no PACT e noutras incubadoras;
- O avanço do loteamento dos 10 ha adquiridos para expansão do PITE;
- A disponibilização de lotes na Zona Industrial de S. Sebastião da Giesteira;
- O avanço mais lento do que o esperado, através de parceria, da preparação da infraestruturação da Zona Empresarial de N^a Sr^a Machede;
- O estudo para uso dos novos terrenos e trabalhos para criar um novo Centro de Acolhimento de empresas no Aeródromo Municipal;
- O avanço do processo do futuro Pavilhão Multiusos;
- Reforço da parceria com o PACT com a participação do Presidente da Câmara Municipal no Conselho de Administração.

Na área do **ordenamento do território e urbanismo**, refere-se os processos de alteração do PDM e de revisão do PUE, ainda que mantendo-se dificuldades e atrasos na modernização da gestão urbanística.

Na **qualificação da rede viária** investiu-se cerca de € 1 milhão de euros, ficando-se aquém do pretendido. Destaca-se as intervenções de reparação, manutenção e qualificação de vários arruamentos, estradas e caminhos.

Na área do **ambiente** destaca-se a prossecução da **Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas** bem como projetos diversos: a conclusão do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável; a prossecução do POCITYF; a conclusão do Laboratório Vivo para a Descarbonização.

Na área do **abastecimento de água e saneamento**, também não foi possível atingir o pretendido, mas destaca-se a nova rede de abastecimento de água e saneamento aos Canaviais, obra da AdVT em resultado de um acordo com a Câmara Municipal, resolvendo o maior problema destas redes existente no concelho, a conclusão da construção da ETAR das Carvalhas e um conjunto de obras de renovação e requalificação da rede.

Continuou-se a sentir dificuldades na área da **higiene e limpeza públicas**, mas registaram-se avanços na área da limpeza sendo que o problema das ervas teve ligeiras melhorias, mas continua de difícil solução. A Câmara Municipal recolheu, em 2023, cerca de 4.000 depósitos ilegais de lixo. Prosseguiram outros programas e medidas como a recolha de resíduos orgânicos em 2 zonas.

Na área da **proteção civil e segurança**, salienta-se o significativo reforço do apoio aos Bombeiros Voluntários, que ultrapassou os € 200 mil euros, mais € 90 mil euros na parceria para o Aeródromo. Saúda-se o trabalho do Serviço de Proteção Civil Municipal.

A Câmara Municipal cumpriu os **compromissos financeiros com as Juntas de Freguesias, que registaram um aumento de 5,25%** na descentralização do Município para as Freguesias, igual ao recebido pelo Município do Orçamento de Estado/2023, para além de outros aumentos na delegação de competências. Salienta-se o trabalho conjunto com as Juntas de Freguesia e reconhece-se que, a nível de investimento municipal, não foi possível atingir o que inicialmente se apontou.

Quanto ao **Relatório da Revisora Oficial de Contas** afirma-se que, como habitual será tido em conta, nomeadamente as propostas e recomendações, com especial atenção aos pontos identificados como frágeis, no sentido de aperfeiçoar os procedimentos e a Conta de Gerência. Salienta-se que a ROC realçou “... o esforço quanto ao cumprimento dos requisitos necessários à aplicação das exigências contabilísticas e outras relacionadas com a legislação aplicável aos Municípios”, tendo afirmado que “A contabilidade do Município foi elaborada de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro e a todas as demais legislações complementares aplicável às autarquias locais. Os registos contabilísticos têm suporte documental e informático através do sistema contabilístico assente no ERP – Medidata, com aplicações geridas entre si, em tempo real e que têm vindo a dar resposta às necessidades de reporte e à construção das demonstrações financeiras e orçamentais a que o Município se encontra obrigado a cumprir.”

E) Conclusão

Tendo em conta os impactos globais e no concelho dos problemas assinalados, o Município deu as respostas possíveis e adequadas à evolução da situação, salvaguardou e melhorou os indispensáveis equilíbrios financeiros e económicos, assegurou um elevado nível de atividade bem como o investimento possível, contribuindo para melhores condições e qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável do concelho.

Declaração de Voto dos Eleitos do PS, José Calixto e Bárbara Tita:

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista começam por reconhecer com apreço e agradecer publicamente todo o trabalho desenvolvido pelos os trabalhadores municipais, ao longo de 2023. Relativamente às matérias em deliberação devemos, desde já, recordar a nossa posição política, em momentos anteriores do atual mandato autárquico:

- Declaração de voto nas Opções do Plano e Orçamento do Município para 2023, em **15 de fevereiro de 2023**;
- Declaração de voto na Prestação de Contas do Exercício de 2022, em **26 de abril de 2023**;
- Declaração de voto nas opções do plano e orçamento para o ano de 2024, em **6 de dezembro de 2023**.

Anexamos estes documentos à presente declaração de voto, os quais ficam apensos à ata, e sintetizamos de seguida a nossa posição política de **VOTO CONTRA A PRESENTE PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2023 E A RESPECTIVA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**, apresentados recentemente pelo Presidente da Câmara Municipal de Évora, aos restantes membros do Executivo Municipal.

IV. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista têm assumido posições de reiterada responsabilidade política e institucional, bem evidentes nos já referidos documentos, todos em anexo. Como resposta política da atual gestão comunista, fomos apenas registando preocupantes sinais de incumprimento de quase todos os compromissos relevantes que nos permitiram ter esperança nestes processos negociais.



Chegados aqui, passados que estão quase três quartos do mandato autárquico, não foi concretizada qualquer reforma significativa na Câmara Municipal de Évora, apesar das nossas reiteradas tentativas.

Continua sem ser possível termos uma moderna contabilidade de custos a funcionar e com outputs válidos para a gestão municipal, apesar dos enormes esforços dos poucos recursos técnicos disponíveis nas áreas relacionadas com a gestão financeira, de controlo de gestão, contabilidade e gestão patrimonial. Os poucos recursos humanos que estão disponíveis, técnicos e administrativos, estão exaustos e não conseguem mais.

Continuamos a ter uma Autarquia **sem capacidade de arrecadar receitas**, nomeadamente ao nível da captação de cofinanciamento de fundos comunitários e nacionais.

Continuamos com um **território pouco amigo de quem nele quer investir**.

Continuamos a **não conseguir atrair projetos económicos de grande dimensão** porque, em nossa opinião, somos um território sem estratégia.

Continuamos a ser uma Autarquia que consegue arrecadar 60 ou 70 milhões de euros em receitas e mantemo-nos “alegremente” a construir orçamentos de 80 ou 100 milhões de euros, para podermos aparentar ter solução para todos os problemas. No entanto, terminamos os sucessivos exercícios económicos com contas que não respeitam a esmagadora maioria dos compromissos políticos assumidos.

Estamos, ainda, a falar de uma prestação de contas que apresenta **117 milhões de euros entre compromissos futuros e obrigações futuras**.

V. EM MATÉRIA DE COMPROMISSOS POLÍTICOS ASSUMIDOS COM OS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA

No processo de negociação política do orçamento que deu origem a esta prestação de contas assumimos, pelo segundo ano consecutivo, uma postura construtiva, na qual negociámos, por quem governa, a apresentação de propostas concretas que pudessem prosseguir os **dez grandes desígnios que traçámos para o Concelho de Évora, no programa VALORIZAR ÉVORA**:

- 1. Valorizar e requalificar o Património do Centro Histórico de Évora e de todo o concelho:** criar um gabinete técnico para o Centro Histórico, libertar as muralhas de Évora de construções e outras ocupações que as ocultam há décadas; executar um programa de renovação de infraestruturas no Centro Histórico; recuperar as iluminações cénicas; intervir, de imediato, na valorização do Rossio de São Brás, entre outras medidas previstas;
- 2. Implementar de forma rápida a Estratégia Local de Habitação,** como instrumento estratégico para resolução dos principais problemas habitacionais dotado de mais de **65 milhões de euros de recursos financeiros**, a par da promoção de loteamentos para habitação nas freguesias rurais e da promoção dos processos de recuperação de fogos habitacionais e de serviços no Centro Histórico. É urgente aumentar a capacidade de realização de projetos técnicos para ultrapassar a incapacidade deste Executivo de captar cofinanciamentos comunitários e financiamentos nacionais;
- 3. Apoiar um forte aumento da competitividade do concelho de Évora, permitindo a** captação de novos investimentos, o apoio do tecido económico instalado, a atracção de recursos humanos qualificados e competentes e a criação de um Centro de Acolhimento Empresarial;
- 4. Melhorar significativamente o Atendimento Municipal;**
- 5. Reforçar o Apoio às Famílias,** nomeadamente através do cartão social do Município, de apoios às famílias numerosas, promover programas de atividades de tempos livres para crianças e jovens e incentivar a utilização da rede de transportes públicos e outras formas de mobilidade suave;
- 6. Valorizar a programação cultural da cidade e do concelho e planear de forma competente a execução de ÉVORA 2027,** envolvendo todos os agentes culturais e dinamizando a interação com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, a Direção-Geral das Artes e restantes instituições parceiras de “ÉVORA Capital Europeia da Cultura 2027”.

Continua a preocupar-nos, nesta área, a existência de alguns agentes culturais que nem condições de espaço têm para desenvolver a sua atividade com a dignidade merecida;

7. Aumentar a participação de todos os munícipes na vida autárquica: criar finalmente o Orçamento Participativo Municipal e o Orçamento Participativo Jovem;

8. Requalificar e modernizar os espaços públicos do concelho para que possam ser vividos pelos munícipes: dar finalmente prioridade à urgente e drástica melhoria da limpeza urbana em todo o concelho, renovar os equipamentos e mobiliário urbano, repor a rede de parques infantis e de parques geriátricos de todo o concelho, prevendo o respetivo plano de manutenção. Todas as crianças do concelho têm direito ao seu parque infantil;

9. Iniciar urgentemente a recuperação estrutural dos pavimentos mais deteriorados de Estradas e Caminhos Municipais, porque o concelho de Évora possui, tristemente, uma das redes de estradas municipais mais deterioradas de Portugal;

10. Promover a motivação dos trabalhadores municipais, através da valorização das suas competências e adequada coordenação, porque os mesmos são fundamentais para o sucesso da missão da Autarquia.

Apesar das expectativas que ainda tivemos, **a presente prestação de contas em nada de relevante apresenta propostas reformadoras e reais, que ajudem a fazer este caminho de valorização e desenvolvimento económico e social sustentável para todo o Concelho.**

VI. EM MATÉRIAS DE RESERVAS TÉCNICAS DAS QUAIS OS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA PRETENDEM SINALIZAR E DISTANCIAR-SE

Após a leitura possível no curto espaço de tempo que nos foi dado para a análise de todos os documentos apresentados na proposta agora em deliberação, bem como do respetivo relatório de revisão emitido pela SROC no passado dia 15 de abril, destacamos algumas conclusões preocupantes, as quais contribuem, de forma decisiva, para o nosso sentido de voto contra a proposta:

- f) a **falta de controlo interno** é um problema grave que faz com que a gestão da CME se apresente com elevado risco de exposição e responsabilidade;
- g) a **ausência de implementação de processos de reestruturação** já consensualizados (por exemplo, na Divisão de Gestão Urbanística, quer em termos de RH, quer em matérias de sistemas de gestão) é causadora de impactos negativos não despreciables nas contas da Autarquia e continua a causar desmotivação nos trabalhadores municipais;
- h) Os ativos, nomeadamente os fixos tangíveis, recebidos do Estado pelo Município no processo de transferência de competências na área da Educação, **ainda persistem por registar nas contas da Autarquia**, facto que não nos permite concluir sobre o verdadeiro impacto que esta matéria possa vir a ter nas demonstrações financeiras da CME;
- i) as reconciliações bancárias do exercício de 2023 estão muito longe de estar concluídas, quer devido aos efeitos detetados no ano anterior, quer ainda no que respeita aos movimentos do exercício de 2023;
- j) Salvaguardamos, igualmente, que o processo de averiguações efetuado à tesouraria do Município, entregue às autoridades judiciais, não teve ainda, que tenhamos conhecimento, qualquer decisão ou conclusão ao nível de processos internos de averiguações e disciplinares. As conclusões da averiguação da dimensão destes impactos, na sua integralidade, podem, ainda, não estar refletida nas contas, porque ainda são indeterminados, tendo apenas uma primeira avaliação. Deve ficar bem claro que estes impactos serão significativos a variados níveis das demonstrações financeiras: ativos (meios financeiros líquidos), rendimentos (taxas, vendas e prestações de serviços), passivos (outras contas a pagar e provisões), gastos (registo de despesas financeiras) e, finalmente, nos resultados destes documentos de prestações de contas.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista continuam, como sempre, disponíveis para analisar eventuais futuras propostas de retificação dos documentos agora apresentados, bem como de

analisar outras propostas que nos possam vir a fazer acreditar que não teremos politicamente “mais do mesmo” até final do presente mandato autárquico.

Declaração de Voto dos Eleitos pela Coligação Mudar com Confiança, Henrique Sim-Sim e Patrícia Raposinho:

Gostaria de começar por saudar, uma vez mais, os profissionais da Câmara Municipal de Évora pelo trabalho realizado ao longo do ano de 2023.

A apreciação do documento que fazemos é, eminentemente, política, e não técnica.

Reconhecemos o empenho e colaboração da generalidade dos trabalhadores do Município continuando, todavia, a verificar que o Executivo CDU continua a recorrer muitas vezes a Avenças Externas, mesmo existindo recursos no Município, o que leva a situações de desperdício de recursos, desmotivação dos trabalhadores do município e, claro, o aumento de custo em fornecimentos e serviços externos.

Estamos hoje a apreciar um conjunto de documentos de reporte e prestação de contas face ao ano de 2023.

A nossa apreciação geral continua a não ser positiva. Continuamos a entender que, com os recursos humanos que o município tem ao seu dispor – perto de 1.400 trabalhadores – e com o orçamento disponível neste ano – cerca de 64 milhões de euros, seria possível e desejável fazer mais e melhor.

Nas diferentes dimensões de gestão quotidiana do município, continuámos a ver ineficiências e a ausência de medidas estruturais ou corretivas para as questões básicas da limpeza e manutenção dos espaços públicos – ervas, lixos, depósitos ilegais, ... sendo esta uma das principais queixas dos eborenses.

Em 2023, pouco se avançou na conservação e melhoria das vias rodoviárias, excetuando-se parte da variante, mantendo-se num estado de degradação inaceitável para a nossa cidade. Aliás, os problemas de mobilidade em Évora têm vindo a agravar-se e, apesar de finalmente se ter aprovado o Pano de Mobilidade Urbana, para os Eborenses, pouco ou nada tem positivamente mudado, antes pelo contrário.

Por outro lado, ao nível da conservação e valorização do património edificado, continuamos a ver arrastar-se processos anos atrás de anos, alguns dos quais vêm do Mandato anterior, como seja a elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Évora, a definição da Zona Especial Proteção do Centro Histórico, a recuperação da Iluminação da Praça do Giraldo e Arcadas, das Murallas, a realocização dos serviços de higiene no largo Machede velho, o plano de gestão e salvaguarda do Cromeleque dos Almendres entre tantos outros. A intervenção na Rua Mendo Estevens também não avança e ainda não foi em 2023 que o Salão Central abriu ao público.

O Programa de Prevenção e Remoção de Pichagens ficou na gaveta, deixando proliferar este conjunto de agressões ao património privado e público na nossa cidade, e a implementação da videovigilância no Centro Histórico apenas avançou a custo, estando ainda muito longe da sua concretização. Este é um assunto que ganha importância a cada dia que passa.

Os bairros continuam sem ver investimentos dignos desse nome, mantendo-se apenas uma limpeza intermitente que não satisfaz os seus moradores. Na Malagueira, continua sem se proceder à reparação da conduta, nem cuidar dos espaços públicos, nem se avançou com o programa de pinturas.

Sobre equipamentos municipais, também ainda não foi em 2023 que se avançou na empreitada de reabilitação do Centro de Recolha Oficial, vulgo canil, do Município, mantendo-se este a funcionar em condições muito pouco adequadas para os seus trabalhadores e voluntários, e também sem condições para acolher as dezenas de animais. Salva-se a instalação de câmara de videovigilância neste equipamento, depois de muita insistência por parte por parte dos Vereadores do PSD.

Felicita-se a concretização da concretização e inauguração da Ludoteca de Évora, um espaço renovado para as nossas crianças, não podendo de deixar uma forte critica, uma vez mais, ao total desinvestimento na conservação e valorização dos Parques Infantis da nossa cidade. Não é aceitável que estes equipamentos se encontrem no total estado de degradação e abandono em que se encontram.

Na área social, acentuam-se alguns problemas sociais, designadamente na área da pobreza, como é referido no Relatório em apreciação, assim como nas áreas da exclusão social. O investimento previsto para o Centro de Acolhimento Temporário, em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Évora, financiado pelo PRR, tarda em avançar, colocando-se mesmo em causa a eventual perda de financiamento.

Sobre política de juventude, vemos algumas melhorias, mas ainda estamos longe de Évora ser uma que pensa verdadeiramente em criar condições para que os jovens aqui se concretizem nas diferentes dimensões, ainda estamos longe de ser uma *cidade jovem*! O investimento nas organizações juvenis continua a ser residual – 19 mil euros - e ficou muito longe dos prometidos 40 mil euros.

Nota positiva para a concretização, ainda que com muitas demoras e entraves, no programa de investimento de reabilitação das infraestruturas desportivas, um programa que consideramos estrutural para dinamizar o nosso tecido associativo na área do desporto.

Igualmente seria importante concretizar a Comissão Municipal do Desporto, aprovado por unanimidade nesta Câmara em 2021, sem qualquer avanço até ao momento. Recordamos também que o Estudo para a concretização do Centro de Alto Rendimento desportivo continua sem avançar.

Também no que diz respeito à dimensão económica, registamos que continua sem se avançar numa verdadeira estrutura de promoção, valorização e coordenação das zonas e parques industriais, de uma política proactiva e diligente de atração e apoio ao investimento. A zona industrial de Nossa Senhora de Machede, prometida desde 2017, ainda não é uma realidade.

O Município vai respondendo aos estímulos externos – lentamente – e não é um agente dinamizador da dimensão económica, a qual cria emprego, acrescenta valor a cidade e concelho, melhora a qualidade de vida dos Eborenses, atrai e fixa novos residentes.

Todavia, sem habitação não conseguimos garantir a vinda de novos residentes. Os processos de loteamentos privados não avançam – falta sempre mais algum elemento – com elevados prejuízos para todos os eborenses que não conseguem ter acesso a habitação de qualidade.

A Estratégia Local de Habitação a avançar, embora lentamente. A empreitada da Rua das 12 Casas continua por concretizar e o investimento na conservação do edificado social, via Habévora, foi muito baixo.

O acesso a habitação é hoje um verdadeiro drama para os Eborenses, e o Município não tem sido um parceiro ativo para a solução destas questões, antes pelo contrário. O PDM foi desenvolvido de forma lenta e atabalhoada, tendo passada mais de 2 anos desde a sua entrega na CCDRA. A revisão do PUE também se afigura não responder às necessidades dos vários *stakeholders* da cidade.

A nível da promoção turística, mantêm-se também uma ténue atividade, destacando-se apenas a presença na BTL. O nosso Posto de Turismo continua por se adaptar às novas realidades, a sinalética turística fica para as calendas e o Centro Interpretativo de Évora sito no Palácio D. Manuel, continua a encerrar ao Domingo. Estamos longe de criar condições para Évora se potenciar plenamente esta dimensão.

Continuamos, ao invés, a verificar um investimento desproporcional nos eventos culturais próprios do Município, embora com custos mais controlados, mais ainda assim com um peso excessivo face ao impacto cultural, social ou económico que realmente produz.

Preocupa-nos o grande projeto Évora Capital Europeia da Cultura, não tanto a sua dimensão imaterial, mas a componente infraestrutural. É fundamental ter os projetos desenvolvidos para os poder vir a candidatar e executar.



O tempo passa e estamos a cerca de 30 meses do seu início! Como vamos acolher centenas de milhares de visitantes no nosso espaço público que já hoje não dá resposta às necessidades básicas na área do estacionamento, da mobilidade, da higiene e limpeza, nos equipamentos urbanos e em tantas outras dimensões? Onde vamos realizar e acolher eventos de natureza cultural?

Enfim, poderíamos ainda continuar a identificar outras grandes fragilidades de mais um ano do Executivo da CDU, mas penso já ser suficiente para ilustrar o nosso descontentamento, e que temos reiteradamente referido nesta Câmara, sendo que avaliação final será feita pelos Eborenses já no próximo ano.

Senhor Presidente,

No que diz respeito às contas, ficamos mesmo muito preocupados com o que lemos.

Efetivamente, o Relatório de Revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Évora de 2023, de autoria da Revisão Oficial de Contas, é muito, muito preocupante...

Primeiro, voltamos ao ponto do número de trabalhadores no Município.

Recorde-se que ainda não temos aprovado o Balanço Social de 2023 - o que já deveria ter ocorrido - mas o Relatório de Gestão regista que em dezembro de 2023 o Município contava com 1337 trabalhadores, sem contar as Avenças.

A massa salarial totalizava cerca 44,11% dos custos totais da Câmara Municipal. É um valor que, todos sabemos, não é comportável, pois amputa o município da disponibilidade de verbas para outras funções essenciais.

Gastar praticamente metade do nosso orçamento em pessoa é muito preocupante. Recordo que o valor médio dos Municípios em Portugal ronda os 30%.

Em 2023, o Município contratou 216 novos trabalhadores, para além dos quase 300 que são referidos terem vindo por transferência de competências.

Certo que saíram 76, mas, ainda assim, este é número não era tão grande desde os tempos do PS, que nos levaram ao sobreendividamento e ao PAEL.

A continuar assim, o Município fica sem liberdade para intervir noutras dimensões básicas de gestão da cidade, a não ser que se vá financiar à banca, como aliás já o fez em finais de 2023 no valor de 3,5 milhões de euros, com os inevitáveis custos financeiros que serão pagos por todos os Eborenses.

Pagamos, em média, mais de 1 milhão de euros por ano em juros à banca.

Continua, também, sem ser negociado os contratos de fornecimento de água com a Águas Vale do Tejo, que pesam muito no orçamento municipal, assim como não se tem investido na diminuição de água não faturada, que se encontra com valores superiores a 25%.

É urgente intervir nesta dimensão, não só por causa dos custos económicos, mas também pela dimensão ambiental. Também ao nível da gestão de resíduos, que teve este ano um incremento muito substancial, é fundamental intervir, também pela razão económica e ambiental.

Sobre as questões de “dificuldades de tesouraria” que o Senhor Presidente aqui há umas semanas anunciava, vale a pena sublinhar o que está expresso no Relatório da ROC: ***“A falta de controlo interno é evidente e significativa, pelo que mais uma vez se impõe dever serem tomadas medidas de urgência extrema e impositiva.”***

E também vale a pena referir o que vem expresso sobre os desvios na tesouraria detetados há cerca de 2 anos, mas cujos sinais já vinham de anos anteriores: *“O valor de 411.328,15 € assumiu-se como a responsabilidade a atribuir ao processo de apropriação indevida de ativos. Considerando-se ser um valor sobre o qual recai um risco de não recuperabilidade(...). Aquando da sua conclusão todos os valores serão ajustados e a provisão passará a ser reclassificada como imparidade, ponderado que será o nível de risco de incobrabilidade.”*

Refere ainda que *“as reconciliações bancárias do exercício de 2023, ainda não estão concluídas, por um lado por via dos efeitos detetados no ano anterior e por outro por via dos movimentos do exercício de 2023, que não permitiram a conciliação de todos os movimentos em processo.”*

Apesar das mudanças operadas, a falta de controlo interno ainda se apresenta com elevado risco de exposição e responsabilidade. Todavia entendemos que neste exercício, não se trate de apropriação indevida de ativos, mas antes de falta de controlo e práticas mais apropriadas e adequadas ao elevado movimento financeiro que o Município tem.”

As fundadas dúvidas que temos reiteradamente apresentado, levaram-nos mesmo a solicitar uma Auditoria Externa às contas do Município, em finais de 2022.

Apesar de tudo, o Município cumpre os limites em relação à dívida total, apurando um valor de dívida (incluindo participadas) de 50,2 milhões de euros, mantendo a trajetória de descida do valor da dívida, o que se felicita.

A dívida diminuiu assim cerca de 3 milhões, estando a Margem para Endividamento na ordem dos 6,8 milhões de euros o que, sendo positivo, não nos permite encarar os grandes desafios que temos, designadamente com Évora Capital Europeia da Cultura, com grande à vontade.

Sobre os pagamentos em atraso, apesar dos dados oficiais referenciarem 22, ou 50 dias, dependendo da contabilização, temos tido reiteradamente contactos de fornecedores que afirma ter pagamentos em atraso, designadamente os relacionados com feira e festivais.

O Município cumpre a regra de equilíbrio orçamental, embora tenha diminuído em 4 milhões de euros este valor, diminuindo de 8,4 milhões de euros em 2022 para 4,4 milhões de euros.

O Relatório refere também que o Município obteve um resultado líquido negativo de 3.416.939,95 €, ou seja, 3,5 milhões de euros, para simplificar.

Parecem ter existido problemas com a obtenção da execução da receita, a qual atingiu um grau de 76,46%, contra 83,54% em 2022, posicionando-se a mesma abaixo do limiar de alerta precoce (85%). No ano de 2021 o índice de execução da receita foi de 87,7%.

Refere o Relatório do ROC que “a implementação e monitorização adequada do regulamento de sistema de controlo interno, para além de melhorias ao nível do funcionamento dos serviços, visando a eficácia e a eficiência do Município. Reforça-se a importância urgente e inadiável ao nível da arrecadação da receita e tesouraria”.

Assim, foi absorvido parte do saldo de gerência do ano anterior em cerca de 2 milhões de euros. Entre 2021 e 2023, o saldo de gerência orçamental passou de 4,8 milhões de euros para 1,7 milhões de euros, consumindo valor gerado anteriormente de 3,1 milhões de euros, essencialmente por via das atividades operacionais! Isto não é, obviamente, sustentável.

O saldo da gerência orçamental para o ano seguinte (2024) é de 2,6 milhões de euros (1,7 milhões de euros de saldo orçamental e 863 mil euros de operações de tesouraria), pelo que, a este ritmo, **chegaremos a 2025 com saldo de gerência zero ou negativo...? Que contas vai a CDU deixar para o próximo Executivo?**

Por último, nota para o facto do Relatórios do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município para os anos 2022 e 2023 não estarem elaborados. Conforme anteriormente referido, também o Balanço Social de 2023 não se encontra elaborado nesta data, assim como os Relatórios de Avaliação do Direito à Oposição (2022 e 2023).

Em coerência com o que temos referido, iremos manter o nosso Voto de Abstenção com Declaração de Voto, considerando que as contas foram devidamente auditadas pela Revisora Oficial de Contas e, nesse sentido, não nos merece falta de confiança.

Os resultados económico-financeiros obtidos pela gestão do Executivo CDU, essa sim, merece-nos forte preocupação, e isso mesmo temos reiteradamente referido em várias reuniões públicas de Câmara.

Declaração de Voto da eleita pelo MCE, Florbela Fernandes:

O Movimento Cuidar de Évora continua a defender que devemos alterar prioridades, aumentar o rigor na gestão do Município e qualificar a resposta Municipal nos mais diversos sectores.

Defendemos igualmente uma forma de estar na política que não se pauta por prometer tudo a todos, quando sabemos bem, que o Município não o pode fazer.



Consideramos que a gestão municipal continua a carecer de mais transparência e de se libertar de lóbis e interesses que não respondem aos interesses da generalidade dos Eborenses.

Preocupa-nos a participação da Câmara Municipal na CEC, na obra do Novo Hospital, sem que exista transferência do OE, antecipadamente, na necessária política de obras públicas para reestruturação das infraestruturas do concelho, na participação do Município na obra de reabilitação da ESAG, só para enunciar os grandes projetos em mãos excluindo, aquele que é prioritário, a concretização da Estratégia Local de Habitação, o maior problema que temos ao desenvolvimento do território.

Da análise à documentação enviada, salienta-se o seguinte que fundamenta o voto do MCE:

1. Em matéria de GESTÃO FINANCEIRA os Resultados líquidos apresentados são negativos em mais 3Milhões face ao ano de 2022, quase que quadruplicou face ao exercício anterior, o que é preocupante.
2. Existe um acumulado de resultados líquidos negativos de 94.450 Milhões.
3. Património líquido aumenta 6 Milhões. De onde vem este aumento?! Reavaliação?!
4. A redução de passivo resulta do pagamento dos créditos 3M993 e não mais;
5. As regras do saneamento financeiro indicam que a taxa de execução da receita, dos últimos dois exercícios tem de ser sempre superior a 85%, em 2021 e 2022, cumpriu-se, em 2023 temos uma taxa de 76%.
6. Continuamos com o défice estrutural de 20Milhões e continuamos a projetar e a prometer aos Eborenses o que não temos, indo para além do que efetivamente recebemos.
7. Os prazos dos pagamentos em atraso, não compreendo, quando temos mais de 4M de dividas a fornecedores e 1M 800 de empreitadas, talvez esta situação se compreenda apenas porque transformámos dívida de curto prazo em dívida de médio prazo com o empréstimo de fizemos ao BEL.
8. Execução de Fundos europeus abaixo dos 30% ?!

De salientar que analisámos um Documento tecnicamente muito bem elaborado, claro e transparente.

Posto isto, preocupa-nos que as contas se estejam a degradar, que mantenhamos a ausência de medidas de política para controlar e reduzir despesa e, simultaneamente, ausência de medidas de política para aumentar receita – por exemplo implementação da Taxa Turística ou medidas de qualidade dos serviços urbanísticos – mantendo-se o défice estrutural de 20Milhões.

A leitura deste Relatório justifica o empréstimo de 3Milhões, que fizemos este ano, o que implicará que 2024, apresente a menor capacidade de financiamento desde o tempo do PAEL, pouco mais de 1Milhão de euros, caso a tendência demonstrada neste Relatório de Gestão de 2023 não se altere no atual exercício.

Positivo, para além da qualidade da informação prestada, destaco a redução do saldo de gerência, pese embora, lamente que o mesmo não seja acompanhado pela taxa de execução da receita (76,5%), e não responda às dividas a fornecedores (+ de 4Milhões).

Em face do exposto o MCE não pode acompanhar este Relatório, **ABSTENDO-SE**, e volta a apelar à mudança estrutural na forma de gestão do Município que carece, como pão para a boca, de introdução de medidas rigorosas de redução de despesa corrente, maior eficiência e eficácia na gestão dos serviços, modernização e desburocratização em todos os sectores, com destaque para os que geram receita ao Município.

1.2. Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais de 2024 | Integração do Saldo de Gerência.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a aprovação da Alteração Orçamental Modificativa aos documentos previsionais para incorporação do Saldo da Gerência anterior, no montante de 1.702.225,34€.

I – Incorporação do saldo apurado na gerência do ano de 2023

Considerando que:

- Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas (onde se inclui o Mapa de Fluxos de Caixa) e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- O saldo da gerência da execução orçamental pode ser incorporado, por recurso a uma alteração orçamental modificativa, após a aprovação dos documentos de prestação de contas;
- Conforme Mapa de Fluxos de Caixa (designado por Demonstração de Desempenho Orçamental no âmbito do SNC-AP) constante da prestação de contas de 2023, temos um saldo apurado para a gerência seguinte de 1.702.225,34€ de Execução Orçamental e 863.092,18€ de Operações de Tesouraria, conforme quadro resumo infra;

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da Gerência Anterior		4 632 821,79	Despesas Orçamentais		62 097 741,52
Execução Orçamental	3 637 597,25		Correntes	53 372 979,84	
Operações de Tesouraria	995 224,54		Capital	8 724 761,68	
Receitas Orçamentais		60 162 369,61	Operações de Tesouraria		509 394,49
Correntes	55 536 060,97				
Capital	4 597 786,18		Saldo p/ Gerência Seguinte		2 565 317,52
Outras	28 522,46		Execução Orçamental	1 702 225,34	
			Operações de Tesouraria	863 092,18	
Operações de Tesouraria		377 262,13			
TOTAL		65 172 453,53	TOTAL		65 172 453,53

II – Integração do Saldo de Gerência através de Revisão Orçamental.

- Considerando que, de acordo com a prestação de contas de 2023 transita um Saldo Orçamental da Gerência de 2023 para a Gerência de 2024, no valor de 1.702.225,34€, propõe-se que, o saldo orçamental da gerência anterior no montante referido, seja incorporado no orçamento de 2024, através da presente alteração orçamental modificativa.

III – Alteração Orçamental Modificativa

Considerando que:

- Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à aprovação da alteração orçamental modificativa;
- Nos termos do estabelecido pelo ponto 3 da NCP 26 do SNC-AP, as alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. Sendo que, nos termos da NCP 26 do SNC-AP, as Alterações Orçamentais Modificativas são aquelas que procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor;
- O estabelecido pelo ponto 8.3.1 do POCAL, que se mantém em vigor pelo disposto no artigo 17.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação (SNC-AP), refere no ponto 8.3.1.2 que, sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de revisões e de alterações, e nos termos do estabelecido pelo ponto 8.3.1.3 que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, sendo que nos termos estabelecidos pelo ponto 8.3.1.4 do POCAL, na revisão do orçamento pode ser utilizada como contrapartida o saldo apurado;

- A presente revisão (Modificação) ao Orçamento e GOP's (PPI – Plano Plurianual de Investimentos e AMR – Ações Mais Relevantes) visa a integração da referida receita, possibilitando a necessária adequação do lado da despesa, distribuída conforme montantes e rubricas constantes dos mapas no processo.

Face ao exposto propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar a presente alteração orçamental modificativa aos documentos previsionais (para integração do Saldo Orçamental) e posterior envio para a Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º e da alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da CDU e 5 abstenções dos Vereadores do PS, José Calixto e Bárbara Tita, da Coligação Mudar com Confiança Henrique Sim-Sim e Patrícia Raposinho e do MCE, Florbela Fernandes, aprovar a proposta do senhor Presidente e submeter a mesma para deliberação da Assembleia Municipal.

DECLARAÇÃO de VOTO dos Eleitos pela CDU:

Os eleitos pela CDU votam favoravelmente a Prestação de Contas de 2023 pelas seguintes principais razões:

- O saldo de gerência é largamente positivo em 2023;
- A aplicação do saldo de gerência adequa-se à evolução económica e financeira do Município bem como aos impactos da imprevisível evolução da economia no concelho e nas contas municipais.

Os **eleitos pela CDU** registam que alguns eleitos se preocupam hoje com a redução do saldo de gerência de 2023, quando antes clamavam contra a dimensão dos saldos de gerência de anteriores Prestações de Contas.

DECLARAÇÃO de VOTO dos eleitos pela Coligação Mudar com Confiança:

O PSD vota abstenção, recordando o exposto no Relatório da ROC, na qual se refere que o mesmo tem sido absorvido essencialmente por via das atividades operacionais o que, não é, obviamente, sustentável.

O saldo da gerência orçamental para o ano seguinte (2024) é de 2,6 milhões de euros (1,7 milhões de euros de saldo orçamental e 863 mil euros de operações de tesouraria), pelo que, a este ritmo, chegaremos a 2025 com saldo de gerência zero ou negativo...? Que contas vai a CDU deixar para o próximo Executivo?

Da nossa parte, mantemos a firme preocupação com a execução e o controlo orçamental do Município.

DECLARAÇÃO DE VOTO da eleita pelo MCE:

Abstenção

Pese embora exista uma redução do Saldo de Gerência face a 2022, contudo a sua distribuição é quase exclusiva para despesas de capital ao contrário das orientações da DGAL.

1.3 Contratos Interadministrativos de 2024 com as Uniões e Juntas de Freguesia.

O senhor Vereador Alexandre Varela apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se que o órgão da Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniões de Freguesias para o ano de 2024.

No âmbito da aplicação da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que possibilita, através da contratualização, que os órgãos dos municípios deleguem competências nos órgãos das freguesias, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, propõe-se:

1. Celebrar com todas as Juntas/União de Freguesias Contratos de Delegação das Competências nas matérias abaixo mencionadas;
2. No uso da competência prevista a alínea I) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar as minutas de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, que junto se anexam e que foram previamente discutidas e preparadas com as respetivas Juntas / União de Freguesias;
3. Daqui resultaram as seguintes alterações: introdução da gestão do serviço de limpeza da Extensão de Saúde no valor de 10€/hora, 4 horas por semana por Extensão de Saúde (União de Freguesias de S. Sebastião da Giesteira e Boa-Fé 2 vezes por semana); atualização em 14,8% dos valores destinados à gestão e conservação do(s) cemitério(s) municipal(s); imputação de custos com pessoal afeto à gestão dos refeitórios escolares: atualização para 12% por cada refeição;
4. E submetê-las, nos termos do disposto da alínea m) do nº 1 da mesma norma legal, à Assembleia Municipal para efeitos de autorização de celebração dos respetivos Contratos, em conformidade com o preceituado na alínea k) do nº1 do artigo 25º da mesma Lei.

FREGUESIA / UNIÃO DE FREGUESIA	COMPETÊNCIAS A DELEGAR
União de Freguesias de Évora	• Gestão de refeições e refeitórios escolares
União de Freguesias do Bacelo e Senhora da Saúde	• Gestão de refeições e refeitórios escolares
União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras	• Gestão de refeições e refeitórios escolares
Freguesia de Canaviais	• Gestão de refeições e refeitórios escolares
União de Freguesias de S. Sebastião da Giesteira e Boa-Fé	• Transportes escolares • Gestão de refeições e refeitórios escolares • Atividades de Animação e Apoio à Família • Gestão e conservação do(s) cemitério(s) municipal(s) • Gestão do serviço de limpeza das Extensões de Saúde
União de Freguesias de S. Manços e S. Vicente do Pigeiro	• Transportes escolares • Atividades de Animação e Apoio à Família • Gestão e conservação do(s) cemitério(s) municipal(s) • Gestão do serviço de limpeza da

	Extensão de Saúde
União de Freguesias de N ^a Sr ^a da Tourega e N ^a Sr ^a de Guadalupe	• Transportes escolares • Gestão de refeições e refeitórios escolares • Atividades de Animação e Apoio à Família • Gestão e conservação do(s) cemitério(s) municipal(s) • Gestão do serviço de limpeza das Extensões de Saúde
Freguesia de S. Bento do Mato	• Gestão de refeições e refeitórios escolares • Atividades de Animação e Apoio à Família • Gestão e conservação do(s) cemitério(s) municipal(s) • Gestão do serviço de limpeza da Extensão de Saúde
Freguesia de S. Miguel de Machede	• Atividades de Animação e Apoio à Família • Gestão e conservação do(s) cemitério(s) municipal(s) • Gestão do serviço de limpeza da Extensão de Saúde
Freguesia de N ^a Sr ^a de Machede	• Transportes escolares • Gestão de refeições e refeitórios escolares • Atividades de Animação e Apoio à Família • Gestão e conservação do(s) cemitério(s) municipal(s) • Gestão do serviço de limpeza da Extensão de Saúde
Freguesia da Graça do Divor	• Transportes escolares • Atividades de Animação e Apoio à Família • Gestão e conservação do(s) cemitério(s) municipal(s) • Gestão do serviço de limpeza da Extensão de Saúde
Freguesia de Torre dos Coelheiros	• Transportes escolares • Gestão e conservação do(s) cemitério(s) municipal(s)

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente e submeter a mesma para deliberação da Assembleia Municipal.

Declaração de Voto dos Eleitos pela CDU:

Os eleitos pela CDU votam favoravelmente estes Contratos de Delegação de Competências para as Uniãos e Juntas de Freguesia pelas seguintes principais razões:

- Os valores das delegações de competências foram calculados, no anterior mandato, com base num trabalho exaustivo de levantamento de dados e de custos, de elaboração de fórmulas adequadas e no respeito pela legislação em vigor;
- Aquele trabalho que decorreu ao longo de meses, teve a ativa participação de todas as Juntas de Freguesia que contribuíram com críticas, sugestões e propostas, a partir das quais se construiu uma solução consensual;
- Aqueles valores e a sua fundamentação foram aprovados por unanimidade por todas as Juntas de Freguesia;
- Neste mandato, e com base naquele trabalho e naquela solução consensual, foram negociadas e consensualizadas atualizações;
- os Contratos ora propostos e aprovados têm em conta os custos necessários e eficientes para o exercício delegado daquelas competências e são justos.

Declaração de Voto dos Eleitos pela Coligação Mudar com Confiança:**1. A Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, designadamente no Capítulo, Artigo 2º - Princípios e garantias, refere que:**

A transferência de atribuições e competências rege-se pelos seguintes princípios e garantias:

- a) A transferência efetua-se para a autarquia local ou entidade intermunicipal que, de acordo com a sua natureza, se mostre mais adequada ao exercício da competência em causa;
- b) A preservação da autonomia administrativa, financeira, patrimonial, e organizativa das autarquias locais
- c) A garantia de qualidade no acesso aos serviços públicos;
- d) A coesão territorial e a garantia da universalidade e da igualdade de oportunidades no acesso ao serviço público;
- e) A eficiência e eficácia da gestão pública;
- f) A garantia da transferência para as autarquias locais dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados, considerando os atualmente aplicados nos serviços e competências descentralizados;
- g) A estabilidade de financiamento no exercício das atribuições cometidas.

2. A delegação de competências não deve, por isso, causar prejuízo financeiro às Juntas e às Uniãos de Freguesias, devendo ser transferido o respetivo envelope financeiro que contemple a verba suficiente e necessária para a execução das competências transferidas;

3. Para tal, é necessário que sejam exatamente determinados os custos associados às competências transferidas – neste caso a gestão dos refeitórios e dos transportes escolares

- devendo incorporar, para além dos custos com fornecimentos e serviços externos, os valores considerados suficientes em custos com pessoal que está afeto à gestão destes serviços. Recorde-se que as tarefas de gestão e acompanhamento destas competências são muito exigentes, utilizando várias horas do seu tempo de trabalho por dia;
4. A determinação o mais exata possível destes custos permitirá às Juntas e às Uniões de Freguesias, bem como à Câmara Municipal de Évora, monitorizar o gasto real com estes serviços;
 5. Por outro lado, o modelo de apuramento de gastos em vigor pela Câmara Municipal de Évora, que ignora estes custos com pessoal, resulta em que exista uma falsa noção de excesso de receita quando, na realidade a maior parte dos refeitórios constituem um encargo real para as Juntas.
 6. Por isso, o aumento proposto de 9% para 12% para gastos com pessoal não cobre, no nosso entendimento, e também no entendimento de alguns Presidentes das Juntas de Freguesia, a totalidade dos gastos reais existentes.
 7. Isso mesmo foi reportado em sede de negociação junto do Vereador com o Pelouro;
 8. Por este mesmo motivo, nunca se irá verificar a condição de execução do Ponto 1.4 do Anexo dos Contratos Interadministrativos – o chamado acerto de contas -, ou seja, nunca é assumido um défice do envelope financeiro para estas competências nem é realizado o correspondente pagamento do mesmo pela CME, antes, a CME identifica sempre um Superavit que não é real;
 9. A utilização da Contabilidade por Custos – que o Executivo CDU, passados 11 anos à frente dos destinos da CME, continua a não implementar para controle das contas do Município – permitiria identificar os custos reais da atividade e, assim, transferir as verbas reais para as Uniões e para as Juntas de Freguesia afim de suportar os custos com a transferência de competências.
 10. Por último, note-se que já se passou o primeiro quadrimestre do ano e é importante fechar as negociações e regularizar as contas deste ano.

Os Vereadores do PSD eleitos pela Coligação Mudar com Confiança, contudo, e pelo anteriormente exposto, irão votar favorável este ponto, reiterando a solicitação de reapreciação do cálculo de contabilização dos custos para que as Juntas e Uniões de Freguesias não sejam prejudicadas na forma de cálculo do envelope financeiro a transferir, garantindo, no entanto, o inestimável serviço público de proximidade que prestam à comunidade escolar.

II – APROVAÇÃO EM MINUTA: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as deliberações da Ordem do Dia da presente ata, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei n.º 75 / 2013, de 12 de setembro.

Terminada a reunião pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos o senhor Presidente da Câmara deu por findos os trabalhos dos quais, para constar, se redigiu a presente ata que eu  Coordenadora de Unidade de Administração Geral redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA


(Carlos Pinto de Sá)

Anexos referentes à declaração de voto dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, relativos ao ponto 1.1 “Prestação de Contas 2023”.

Documento 1. Declaração de Voto nas Opções do Plano e Orçamento do Município para 2023, apresentada pelos vereadores eleitos pelo PS, em 15 de fevereiro de 2023

ENQUADRAMENTO

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista para o mandato autárquico 2021-2025, neste segundo processo de discussão política e deliberação pela Câmara Municipal de Évora (CME) sobre as Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2023, distanciam-se por completo de documentos sobre os quais formámos uma forte convicção de que **não salvaguardam os superiores interesses do concelho de Évora e de todos os Eborenses.**

Já expressámos em momentos anteriores (nomeadamente numa das últimas reuniões públicas da CME) a nossa enorme preocupação em assistirmos a um processo de elaboração e negociação de documentos fundamentais para a vida desta autarquia e, acima de tudo, para a vida dos Eborenses, feito de forma **politicamente incompetente, atabalhoada e irresponsável.** A CME, por responsabilidade exclusiva da sua atual gestão comunista, não cumpriu a Lei ao não apresentar o Orçamento para 2023 e o Plano Plurianual 2024-2027 no prazo legal, numa atitude que pode colocar em causa a própria legitimidade dos mandatos autárquicos dos responsáveis por esta gestão executiva absolutamente incompreensível.

Devemos, assim, denunciar publicamente que o **primeiro documento de trabalho com a proposta da CDU de “Opções do Plano e Orçamento para 2023” nos foi enviado perto da meia-noite do dia 5 de janeiro de 2023**, trinta e oito dias depois de termos realizado a primeira reunião sem qualquer proposta em cima da mesa (28 de novembro de 2022). Ou seja, a negociação iniciou-se numa data em que estes importantes documentos já deveriam estar aprovados pela Assembleia Municipal. Este processo demonstra, da parte desta gestão comunista, irresponsabilidade e desnorte quanto ao futuro de Évora e da vida dos Eborenses.

Recordamos que estes documentos contendo as “Opções do Plano e Orçamento para 2023” **deveriam, nos termos da lei, ser aprovados** na sessão da Assembleia Municipal de novembro ou de dezembro de 2022.

Este processo acontece nestes termos, apesar dos vereadores eleitos pelo PS terem reiterado, desde o primeiro momento, um **conjunto de propostas claras** que, alias, eram do **pleno conhecimento dos eleitos da CDU desde o início de março de 2022**, entregues num documento que contem, nomeadamente:

- as **áreas de trabalho com benefícios concretos e muito significativos, resultantes das propostas apresentadas pelos vereadores eleitos pelo PS**, para o Concelho de Évora e para os Eborenses;
- as **áreas de aproximação política;**
- os **10 grandes desígnios para o concelho de Évora, que integravam algumas dezenas de medidas prioritárias**, constantes do nosso programa político “Valorizar Évora”;
- os **43 projetos e ações prioritárias, localizadas em todas as Uniãoes e Juntas de Freguesia do Concelho.**

Entendemos reiterar este documento **devido à baixíssima** (ou mesmo inexistente em muitas áreas) taxa de execução dos compromissos connosco assumidos em 2022 pelo executivo municipal comunista.

AS GRANDES PRIORIDADES DE AÇÃO POLÍTICA PROPOSTAS PELOS ELEITOS PELO PS

[Handwritten signature]

Assumimos o presente mandato autárquico perante os Eborenses, através do sufrágio popular e democrático do Programa de Governo Autárquico “**Valorizar Évora**”, composto por um conjunto de 152 medidas estruturadas em 4 eixos e em 21 linhas de ação política. O conteúdo deste documento resultou da participação de muitas pessoas, instituições, associações e outras entidades que desejaram contribuir para as soluções dos seus problemas.

Sabemos, ainda, que vivemos numa cidade e num concelho **que muito terá de mudar para aproveitar a oportunidade histórica que significa ter ganho a elevada distinção de Évora Capital Europeia da Cultura 2027**, motivo de grande felicidade para os eleitos pelo Partido Socialista e para todos os Eborenses.

Perante esta realidade, e tal como aconteceu em 2022, reiterámos no processo de negociação das Grandes Opções e Orçamento para 2023 estes grandes objetivos políticos, os quais sintetizam as **principais prioridades dum novo rumo para as políticas municipais, que tarda em se afirmar, mas que temos a firme convicção que irá afirmar Évora como cidade aberta, criativa, competitiva, que retém talento e oferece oportunidades para todos.**

Devemos, novamente, deixar bem claro todas as propostas no programa “Valorizar Évora”, relativamente às quais o Orçamento para 2023 deve conter ações e projetos concretos que deverão **SER EFETIVAMENTE EXECUTADOS**, considerando que 2022 foi um ano perdido na concretização destas prioridades políticas.

Assumimos neste processo de negociação política uma postura construtiva, na qual deverão ser apresentados, por quem governa, propostas concretas que prossigam os **dez grandes desígnios que devemos traçar para o Concelho de Évora:**

1. **Valorizar e requalificar o Património do Centro Histórico de Évora e de todo o concelho:** criar um gabinete técnico para o Centro Histórico, libertar as muralhas de Évora de construções e outras ocupações que as ocultam há décadas; executar um programa de renovação de infraestruturas no Centro Histórico; recuperar as iluminações cénicas; intervir, de imediato, na valorização do Rossio de São Brás, entre outras medidas previstas;
2. **Implementar de forma rápida a Estratégia Local de Habitação**, como instrumento estratégico para resolução dos principais problemas habitacionais dotado de mais de **65 milhões de euros de recursos financeiros**, a par da promoção de loteamentos para habitação nas freguesias rurais e da promoção dos processos de recuperação de fogos habitacionais e de serviços no Centro Histórico. É urgente aumentar a capacidade de realização de projetos técnicos para ultrapassar a incapacidade deste Executivo de captar cofinanciamentos comunitários e financiamentos nacionais;
3. Apoiar um forte aumento da competitividade do concelho de Évora, permitindo a captação de novos investimentos, o apoio do tecido económico instalado, a atracção de recursos humanos qualificados e competentes e a criação de um Centro de Acolhimento Empresarial;
4. Melhorar significativamente o Atendimento Municipal;
5. Reforçar o Apoio às Famílias, nomeadamente através do cartão social do Município, de apoios às famílias numerosas, promover programas de atividades de tempos livres para crianças e jovens e incentivar a utilização da rede de transportes públicos e outras formas de mobilidade suave;
6. Valorizar a programação cultural da cidade e do concelho e planear de forma competente a execução de ÉVORA 2027, envolvendo todos os agentes culturais e dinamizando a interação com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, a Direção-Geral das Artes e restantes instituições parceiras de “ÉVORA Capital Europeia da

Cultura 2027". Preocupa-nos, nesta área, a existência de alguns agentes culturais que nem condições de espaço têm para desenvolver a sua atividade com a dignidade merecida;

7. Aumentar a participação de todos os munícipes na vida autárquica: criar finalmente o Orçamento Participativo Municipal e o Orçamento Participativo Jovem;
8. Requalificar e modernizar os espaços públicos do concelho para que possam ser vividos pelos munícipes: dar finalmente prioridade à urgente e drástica melhoria da limpeza urbana em todo o concelho, renovar os equipamentos e mobiliário urbano, repor a rede de parques infantis e de parques geriátricos de todo o concelho, prevendo o respetivo plano de manutenção. Todas as crianças do concelho têm direito ao seu parque infantil;
9. Iniciar urgentemente a recuperação estrutural dos pavimentos mais deteriorados de Estradas e Caminhos Municipais, porque o concelho de Évora possui, tristemente, uma das redes de estradas municipais mais deterioradas de Portugal;
10. Promover a motivação dos trabalhadores municipais, através da valorização das suas competências e adequada coordenação, porque os mesmos são fundamentais para o sucesso da missão da Autarquia.

OS SINAIS MAIS PREOCUPANTES DO INCUMPRIMENTO DESTA GESTÃO MUNICIPAL COMUNISTA

Para os Eborenses não está em causa, neste momento, o que o Presidente da Câmara Municipal "diz que vai fazer"; o enorme problema da atual gestão municipal, exclusivamente da responsabilidade dos dois eleitos pela CDU, é a **sua gritante incapacidade em cumprir o que promete**.

Apresentamos, de seguida, os exemplos mais significativos, demonstrativos do nível de incumprimento da atual gestão comunista na CME, relativamente aos compromissos, anteriormente, assumidos com os vereadores eleitos pelo PS na negociação de 2022:

- A. O gravíssimo problema da habitação em todo o Concelho de Évora: consideramos que esta carência habitacional do concelho não se revela suficientemente prioritária nas opções orçamentais apresentadas, nem na implementação da captação de apoios financeiros disponíveis para esse efeito.

O Plano Local de Habitação (PLH) é um instrumento que pode disponibilizar mais de 65 milhões de euros de recursos financeiros para esta enorme prioridade do concelho teve uma execução de ZERO em 2022; o orçamento para 2023 apresenta a ambição de executar obra, no máximo, correspondente a **3% do valor global previsto no PLH!**

O significado desta falta de estratégia e de ambição na implementação deste importante plano são dezenas ou centenas de famílias a verem adiado o direito constitucional de terem acesso a uma habitação digna. É continuarmos a ver o nosso património habitacional em processo de degradação. De que vale continuarmos a dizer que fomos os primeiros a ter uma Estratégia Local de Habitação (ELH) aprovada? O que fizemos, desde então? Muito, muito pouco!

No PLH estão previstos 22 milhões de euros para apoio a investimentos de recuperação de fogos habitacionais por particulares. O que já foi feito pela CME para que a execução desta verba muito significativa seja nula e, assim, deva ficar até final de 2023?

Nesta discussão, os vereadores eleitos pelo PS transmitiram ao Senhor Presidente da Câmara a enorme prioridade que a sua gestão deve passar a atribuir à implementação da ELH, enquanto instrumento estratégico para resolução dos principais problemas habitacionais, a par da promoção de loteamentos para



habitação nas freguesias rurais e da promoção dos processos de recuperação de fogos habitacionais e de serviços no Centro Histórico, recorrendo ao PRR e a outros instrumentos financeiros comunitários que estão disponíveis no Portugal2030 e respetivos programas regionais.

B. Política fiscal enquanto instrumento de aumento da competitividade do Concelho e de apoio às famílias, às empresas, à economia social e às associações.

Fiscalidade Municipal enquanto instrumento aumento da competitividade do Concelho de Évora e de apoio às famílias e às empresas: o conjunto de propostas apresentadas pelos eleitos pelo PS na CME, em matéria de impostos municipais, possibilitou obter um consenso político responsável, **reduzindo a carga fiscal que incide sobre os Eborenses num valor que estimamos em cerca de um milhão e seiscentos mil euros**, nos dois primeiros anos do mandato. As propostas apresentadas pela CDU para a fiscalidade a aplicar em 2023 não previa qualquer redução significativa no presente ano.

C. A urgente (mas adiada) requalificação do Parque Escolar: Cerca de um mês após iniciarmos funções definimos e fizemos aprovar uma proposta priorizando a urgente requalificação da Escola Secundária André de Gouveia. Outras propostas se seguiram para outras Escolas da cidade de Évora que estão a necessitar de intervenções urgentes (por exemplo Santa Clara e Severim de Faria). Até ao momento, alguns passos administrativos foram desenvolvidos, mas “zero” em projetos de arquitetura/especialidades e muito menos em obra.

O mais grave é que a ambição deste orçamento é **“não começar qualquer obra estrutural em 2023”**. **Inadmissível! Mas é o que temos...**

Como é possível passar uma década no “passa culpas”? Tudo faremos para antecipar este processo porque, se tivéssemos responsabilidades políticas executivas no município, este era um daqueles processos que já estaria noutra fase. Não teríamos “cara para sair à rua”, se assim não fosse.

D. Processo de alteração do Plano Diretor de Évora (PDM): A atual proposta de é reveladora da ausência de estratégia para o desenvolvimento do concelho (ou de uma estratégia que prescindimos de qualificar). A atual gestão CDU do município de Évora **reduz o perímetro de oportunidades de desenvolvimento do concelho e da qualidade de vida das pessoas** que cá vivem e inibe a fixação de novas pessoas e empresas. **A CME tem que ser uma parceira fundamental, pró-ativa e amiga do desenvolvimento de todo o concelho.**

E. Relacionamento com as Uniões e Juntas de Freguesia: Verificamos, neste orçamento, a ausência de qualquer reforço da Câmara Municipal dos orçamentos das Uniões e Juntas de Freguesia. **O aumento proposto é apenas o valor correspondente ao acréscimo que a CME recebe do Orçamento de Estado** (será este ano mais 5,25%), e que só será garantido após a DGAL esclarecer supostas “dúvidas que ainda existem nos mapas”.

Verificamos, ainda, **o incumprimento de mais de 90% dos 43 projetos e ações propostas apresentadas pelos vereadores socialistas e aceites em 2022 pela CDU mas não executadas**. Estas autarquias, ainda, nem receberam o valor de compensação pela inflação referentes ao ano letivo anterior e já estamos a meio do ano letivo em curso 2022/2023.

Verificamos o não cumprimento da realização de reuniões periódicas entre o Executivo Municipal e as Juntas e Uniões de Freguesia, com o objetivo principal de ser realizado um efetivo acompanhamento/avaliação do que está a ser feito, face aos compromissos assumidos no ano passado. Não se realizou uma única reunião desta natureza!

F. Rede de Estradas Municipais: É urgente inicial a recuperação estrutural, com qualidade, em muitas estradas e caminhos municipais, pois Évora é um dos concelhos com os piores índices de conservação destas infraestruturas essenciais para a coesão do território. Como é possível ter-se uma postura tão crítica perante o Governo Central e ser-se absolutamente descuidado e irresponsável durante sucessivos mandatos autárquicos, numa absoluta falta de respeito, nomeadamente para com as populações mais isoladas do nosso concelho?

Conseguimos que fosse cabimentado o valor de 2,5 milhões de euros para estas obras (por empreitada e administração direta) e estaremos com total atenção à sua integral execução, apesar de no primeiro trimestre do ano, certamente, não se ir passar “nada de estrutural”, tal como aconteceu em 2022.

G. A demora no apoio ao investimento em infraestruturas desportivas, após uma década de “nada ter sido feito nesta área”: finalmente, foi aprovado, logo no início do presente mandato, um Programa que permitirá recuperar um passado muito difícil para todo o associativismo desportivo. Exige-se maior celeridade dos processos. O atraso na análise das candidaturas exigiu a prorrogação do prazo da 2.ª chamada para apresentação de candidaturas, num momento em que as candidaturas da 1.ª chamada, ainda, não têm decisão comunicada aos clubes. As dotações de 2022 e de 2023 estão no orçamento de 2023 por exigência dos eleitos pelo PS na CME.

Esperamos, agora, que estes atrasos não continuem no presente ano ou não se culpem os clubes por não executarem em tempo record, quando, ainda, nem sabem se as suas candidaturas estão ou não aceites!

H. Urgente prioridade no reforço da capacidade de elaboração de projetos técnicos de suporte à candidaturas a fundos comunitários: por nossa iniciativa política o orçamento para 2023 tem cabimentada a verba de 620 mil euros para execução de projetos técnicos. Vamos, igualmente, estar com muita atenção a esta execução fundamental para a CME começar a deixar de desperdiçar financiamento comunitário e nacional.

I. Reestruturação dos serviços municipais e motivação dos trabalhadores da Autarquia: Nesta área, o plano de atividade é revelador de imobilismo, medo de mudar para melhor e dar melhores condições aos trabalhadores municipais, uma adequada reestruturação dos serviços e coordenações mais eficazes e adaptadas à realidade dos nossos dias. Por exemplo, na área do ordenamento do território e gestão urbanística, continuamos com a **ausência de medidas que agilizem os processos urbanísticos**, dando maior transparência e rapidez nas respostas. Conseguimos o compromisso para 2023 de implementação de uma plataforma para apresentação digital dos processos, fundamental para a sua tramitação célere e transparente. Na área da gestão administrativa e financeira conseguimos o compromisso de início da implementação de uma plataforma de **“Contabilidade de Custos”**, fundamental para uma autarquia da dimensão de Évora apresentar um nível adequado de transparência na aplicação dos recursos públicos municipais.

J. Muitos outros exemplos aqui poderíamos deixar:

a. O não cumprimento da realização de reuniões, em julho e outubro, com os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista para acompanhamento da implementação das linhas de ação política que consideramos prioritárias no ano passado. Propõe a CDU, agora, “Reuniões em final de fevereiro, final de julho e início de outubro para acompanhamento e acerto da implementação do Acordo para viabilização das OP/OM/2024.”;

- b. A falta de respostas na área da higiene e limpeza continuam a requerer respostas e programas diferenciados (admissão de mais trabalhadores, matéria em que a nossa pressão política persistente levou a uma cabimentação de 20 novos trabalhadores a serem contratados em 2023 nesta área, o recurso a serviços internos ou externos, sempre que necessário...);
- c. A falta de incentivos na expansão das áreas de acolhimento empresarial, uma das prioridades do PS, impede que Évora seja atrativa para investimentos em áreas estratégicas como o cluster aeronáutico, turismo, agroalimentar, energias renováveis e tecnologias de informação. A proposta do PS de desenvolver um Centro de Acolhimento Empresarial em Évora não teve qualquer desenvolvimento. Nas freguesias rurais, devemos igualmente apostar na criação de zonas de acolhimento empresarial.

A ACÇÃO POLÍTICA E AS PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS VEREADORES ELEITOS PELO PS E APROVADAS PELA CME TÊM SIDO MAIORITARIAMENTE IGNORADAS PELA GESTÃO DA CDU

Recordamos a postura e defesa política que temos vindo a assumir em deliberações muito relevantes para a qualidade de vida e para o dia-a-dia dos nossos munícipes. Apresentamos, alguns exemplos, que já podemos apresentar, decorrentes da nossa ação política nesta primeira metade do atual mandato autárquico:

- **Alívio da carga fiscal municipal com responsabilidade, justiça social e valorização da retoma económica: através das nossas propostas temos, em 2022 e 2023, um município que não tem qualquer imposto municipal em taxas máximas.** Este foi um importante tema político para todos os Eborenses, no qual os eleitos pelo Partido Socialista defenderam as suas propostas com responsabilidade, através do fortalecimento da redistribuição socialmente justa; por via da promoção da recuperação económica e fomentar a competitividade do concelho; através do apoio às empresas e o desenvolvimento económico: demos claros sinais às empresas instaladas e aos novos investidores que são bem-vindos a Évora;
- **Requalificação do parque escolar do concelho**, dando um claro sinal através da proposta apresentada pelos Vereadores eleitos pelo PS para requalificação imediata da Escola Secundária André de Gouveia. Outras Escolas se seguiram, infelizmente ainda sem qualquer concretização em obra física;
- **Apoio ao investimento em infraestruturas desportivas (Regulamento de Apoio às Infraestruturas Desportivas).** Finalmente, depois de muitos anos sem investimentos nesta área (e noutras), continuamos a ter algumas expectativas de recuperar um passado muito difícil para todo o associativismo em geral. Também, neste dossier, sempre estaremos do lado da solução;
- **Apoio permanente a todos os Eborenses que necessitam da nossa ajuda em processos**, muitos deles que teimam em não ter solução ou decisão. São, aqui, exemplo, paralisar muitos investimentos e alguns processos de gestão urbanística que temos acompanhado, infelizmente apenas alguns com resultados positivos.

No primeiro ano de mandato, os Vereadores eleitos pelo PS apresentaram, ainda, as seguintes propostas. O seu estado de falta de execução diz bem do ritmo da atual gestão da CDU em áreas prioritárias para o Concelho:

- **Elaboração urgente de projeto técnico da requalificação estrutural da Escola Secundária André de Gouveia (ESAG):** aprovada em 24 novembro de 2021: **em fase inicial de concretização** (na reunião pública de CME de 1 de fevereiro de 2023 foi informado pelo Presidente da CME que está a decorrer a preparação do programa e caderno de encargos sobre a requalificação da ESAG (estimado de 18 milhões de euros

de investimento). O arrastar do processo vai fazer com que não tenhamos obra antes de 2024;

- **Realização de cerimónia pública evocativa e de colocação de placa com o nome de Praça Escultor João Cutileiro**, em cumprimento com a proposta apresentada pelos vereadores eleitos pelo PS no mandato anterior: aprovada em 9 de fevereiro de 2022: **não concretizada**;
- **Celebração de um Protocolo entre o Município e o Centro Qualifica Administração Pública, sediado na CCD Alentejo**: aprovada em 24 novembro de 2021: **concretizada**;
- **Cerimónia Educativa Pública 2022/2023 de homenagem aos diretores das Escolas/Agrupamentos de Escolas Públicas do Concelho de Évora**: aprovada a 7 de setembro de 2022: **não concretizada** (agendada, agora, para 9 de março de 2023);
- Atualização da carta social e do plano de desenvolvimento social do concelho de Évora: aprovada a 19 de outubro de 2022: **em curso**;
- **Teto para Todos - plano municipal de integração das pessoas em situação de sem abrigo no concelho de Évora (PM-IPSSA-CE) 2023-2030**: aprovada em 2 de novembro de 2022: **não concretizada** (a incluir na proposta negociação das Opções do Plano e Orçamento para 2023, mas não consta nos documentos apresentados).

UMA POSIÇÃO POLÍTICA RESPONSÁVEL

Os vereadores eleitos pelo PS trabalharam intensamente neste processo, no sentido de termos as mínimas condições para assumir uma posição política correspondente a uma postura política responsável, que sempre manteremos e que sempre defendamos, intransigentemente, os superiores interesses dos Eborenses.

No entanto, perante um **cenário de ineficácia na gestão autárquica por parte dos dois eleitos da CDU**, únicos com responsabilidade na gestão executiva da CME, e perante o quadro político resultante do ato eleitoral de setembro de 2021, os **vereadores eleitos pelo PS não puderam dar a sua concordância à proposta** apresentada a deliberação na CME pela CDU, demarcando-se destas “Opções do Plano e Orçamento para 2023”.

Assumimos, nestes termos, um **voto de abstenção em nome da responsabilidade política** que sentimos, disponibilizando uma última oportunidade à atual gestão comunista de passar da “palavra” - que persiste em não cumprir e dos acordos com as oposições que não honra -, para os “atos” de respeito pelo mandato popular que, apesar politicamente frágil, conseguiu nas últimas eleições autárquicas.

Com tantos recursos financeiros disponíveis pelo Governo e pela Comunidade Europeia (dois quadros comunitários de apoios – Alentejo 2020 e Alentejo 2030, PRR, Capital Europeia da Cultura) **será uma autêntica fraude política para com os Eborenses não iniciarmos um processo estrutural de significativa melhoria da qualidade de vida e de atratividade do concelho, de criação de infraestruturas modernas e de respeito e preservação pelo enorme legado patrimonial e cultural que os nossos antepassados nos transmitiram.**

Continuaremos a fiscalizar, ainda com mais intensidade, no que resta de 2023, esta última oportunidade que os eleitos da CDU têm para passarem “das palavras aos atos” e cumprirem, minimamente, o que prometem; executarem o que planeiam; fazerem chegar às pessoas, às empresas e ao movimento associativo as ações e os projetos que anunciam com pompa e circunstância.

Com a mesma postura de responsabilidade, propomos e exigiremos a realização (finalmente) de reuniões com os eleitos pelo PS e de todo o Executivo Municipal com todas as Uniões e Juntas de Freguesia, nas quais sejam feitos balanços/pontos de situação da execução do orçamento e do plano de atividades do ano 2023.

Recordamos, também aqui, que a **visão que temos para Évora é a missão que nos orienta neste projeto político é transformar o concelho num território com recursos mais qualificados, mais resiliente na adaptação aos desafios digitais e ambientais e que ofereça oportunidades para melhorar a qualidade de vida das pessoas.**

Consideramos, assim, que estamos a interpretar a vontade democrática dos Eborenses com muita responsabilidade, mas sem nunca faltar aos compromissos que com eles assumimos através das propostas eleitorais que lhes apresentámos neste mandato.

Porque é imperioso que Évora saia urgentemente do estado de letargia em que nos encontramos, os Eborenses podem continuar a contar com o projeto político “Valorizar Évora” e com os seus vereadores na Câmara Municipal de Évora!

José Calixto e Lurdes Pratas Nico, a 15 de fevereiro de 2023

Documento 2. Declaração de Voto dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista na Prestação de Contas do Exercício de 2022, em 26 de abril de 2023

Começamos por deixar uma palavra de reconhecimento e de saudação à equipa vencedora da Candidatura de Évora 2027, pela **nomeação obtida enquanto Capital Europeia da Cultura**. Este deve ser um objetivo estratégico que conseguimos em 2022 e que nos mobilizará a todos.

Deixamos, igualmente, uma **saudação e agradecimento pelo trabalho desenvolvido**, ao longo deste exercício económico, **pelos trabalhadores municipais que demonstraram, ao longo do ano, a sua total dedicação e zelo** pelo interesse público municipal. Temos a forte convicção que merecem um maior reconhecimento, melhores condições de trabalho e de formação, bem como uma coordenação e orientação estratégica muito mais motivantes.

O exercício económico de 2022 é a primeira prestação de contas integralmente ocorrida no presente mandato autárquico, perante a qual somos obrigados a uma **avaliação política bastante negativa**.

Apesar da falta de ambição política, queremos aqui reafirmar o **nosso sentido de responsabilidade na oposição política que desempenhamos por vontade dos Eborenses e de lealdade institucional com que estamos e estaremos na política autárquica**. São estes princípios que sempre nos levarão a honrar o nosso **compromisso com os Eborenses e com Évora**, porque acreditamos que fazer política com elevação é, tão somente, resolver os problemas das pessoas, das empresas e das instituições. É esse o grande compromisso do programa de governo autárquico **Valorizar Évora**.

Assim, os eleitos na Câmara Municipal de Évora pelo Partido Socialista receberam, no passado **dia 21 de abril**, os relatórios finais das Atividades e de Contas do exercício económico e financeiro de 2022 do Município de Évora, bem como o respetivo Relatório do Revisor Oficial de Contas.

Este é um processo de análise, discussão e deliberação que encaramos como mais uma oportunidade de fazer valer os argumentos que acreditamos serem os melhores para o desenvolvimento sustentável do Concelho de Évora. Nunca nos distrairemos com populismos, votando num sentido e argumentando noutros em contrário para, digamos, “agradar simpaticamente a todos”. Acreditamos totalmente na sabedoria do Povo que temos a responsabilidades de ajudar a governar, sem nunca ceder aos princípios e propostas com base nas quais os Eborenses nos elegeram.

Consideramos, desde logo, que este projeto de gestão autárquica comunista não defende minimamente os superiores interesses do Concelho de Évora; apesar disso, **respeitamos democraticamente a decisão resultante das últimas eleições autárquicas, abstendo-nos**, embora considerando que **devemos aos Eborenses a exposição da presente declaração de voto**. Da atual gestão separa-nos toda uma

ambição de fazer muito mais e melhor para valorizar o nosso Território e as nossas Gentes.

Temos cada vez mais evidente para os Eborenses que existe um enorme desinvestimento municipal que afeta a competitividade do Concelho, no contexto Nacional e Internacional.

Esta prestação de contas não corresponde, assim, ao compromisso político que conseguimos obter no processo de elaboração, discussão e aprovação do orçamento municipal para o ano de 2022:

- As despesas correntes dispararam ao longo do ano cerca de 10 milhões de euros, entre a proposta de orçamento aprovada inicialmente e a versão final que agora presta contas, situando-se num dos níveis mais elevados de sempre;
- As despesas de investimento reduziram-se mais de 1,5 milhões de euros.

O investimento na valorização do Concelho está a níveis inacreditavelmente baixos e demonstrativos do estado de desleixe e inoperância que se encontra a atual gestão municipal controlada pela CDU:

- A execução de projetos de investimento cofinanciados por fundos comunitários rondou uns inacreditáveis 15% do valor inicialmente previsto, o qual já não era um objetivo muito ambicioso (9,9 milhões de euros); os vereadores eleitos pelo Partido Socialista tiveram que tomar a decisão, na segunda metade de 2022, de começar a não votar favoravelmente as sucessivas alterações ao orçamento, na quais se começou a retirar as cabimentações destes projetos de investimento;
- Com esta incapacidade para fazer obra, as receitas de capital, que em 2019 foram 26 milhões de euros, situaram-se em 2022 em 3,5 milhões de euros, um valor insignificante para a dimensão do Município de Évora;
- Do conjunto das receitas do Município, as de capital representam apenas 6%, indicador revelador de uma fraquíssima capacidade de investimento.

Esta tendência para “**não concretizar que se promete**” levou, por exemplo, a que durante todo o exercício económico de 2022 a Agência para a Coesão e Desenvolvimento tenha transferido apenas 1,5 milhões de euros para o Município.

Évora continua, assim, a estagnar e a perder competitividade!

Continua-se a discutir há décadas a evolução e a responsabilidade da dívida municipal, a qual é apresentada **erradamente como motivo para um desaproveitamento histórico de recursos comunitários e nacionais** e de falta de capacidade de investimento e de apoio ao tecido empresarial e ao movimento associativo. Esta gestão comunista da Câmara Municipal de Évora, continua mais interessada em criar narrativas sobre a responsabilidade da sua gestão do que em planear, projetar e executar investimento que permitam atingir um elevado nível de desenvolvimento sustentável para o nosso Concelho.

Relativamente à evolução da dívida municipal, os Autarcas Socialistas nunca abdicarão da verdade, validada pelos sucessivos relatórios do ROC. Assim:

- receberam uma Autarquia em **2005 com 70 milhões de euros** de endividamento e uma gestão comunista de Abílio Fernandes, que deixou obra;
- a gestão das equipas do socialista José Ernesto de Oliveira, continuaram intensamente essa obra e saíram, **em 2013, com 74,6 milhões de euros**, demonstrados tecnicamente pelo relatório do ROC desse ano (*ver página 17 deste documento oficial, onde se confirma que a dívida ajustada, pelo recebimento da verba do PAEL só usada em 2014, deverá ser considerada pelo valor de 74.584.959 euros*); e
- chegamos às contas de **2022 com 53,5 milhões de euros** de dívida municipal, mas sem quaisquer investimentos estruturantes na última década. A este endividamento deve ser

acrescentado, nos termos do novo SNC-AP, os compromissos futuros da CME com obrigações que se situam nos 70 milhões de euros.

Consideramos que a redução de endividamento era necessária. No entanto, ela não foi obtida através de uma forte captação de recursos comunitários e nacionais, como aconteceu em muitos Municípios.

Por esse motivo, **temos hoje no nosso Concelho enormes passivos para a vida das pessoas**, das empresas e do movimento associativo:

- as nossas vias rodoviárias encontram-se bastantes degradadas;
- o parque escolar está a necessitar de investimentos significativos;
- temos uma gestão urbanística que tem tornado **a Câmara Municipal de Évora na principal responsável pela atual situação de falta de habitação no Concelho** e pela falta de atratividade para alguns investimentos e empresas optarem por Évora;
- verifica-se a ausência de investimentos estruturais em termos de criação de modernas faixas de mobilidade urbana, suave e segura;
- existem no nosso Concelho populações sem qualquer qualidade no abastecimento de água para consumo humano e continuamos sem assumir projetos de investimento, que estas infraestruturas necessitam há décadas;
- numa fase de elevada inflação, esta prestação de contas revela, igualmente um fraco nível de apoios sociais municipais às famílias mais carenciadas;
- continua a verificar-se um acentuado desleixe e degradação na gestão do espaço público;
- continuamos a constatar uma forma de gerir a atividade cultural no Concelho pouco transparente, com a Autarquia a querer, vezes demais, substituir-se aos agentes culturais;
- existe uma ausência de ações estratégicas na promoção territorial do concelho, nomeadamente em termos económicos e turísticos.

Tudo por inação, pura opção política e falta de sensibilidade para a urgente e criteriosa resolução destes e de outros graves problemas e atrasos estruturais do Concelho.

A Autarquia revela, igualmente, nesta prestação de contas um modelo organizacional desajustado, falta de estratégia e liderança dos processos. Por exemplo, é totalmente preocupante a falta de capacidade de execução do Plano Local de Habitação, revelada igualmente nesta prestação de contas.

É totalmente preocupante a ausência de estratégia e projetos âncora para a requalificação, dinamização e valorização do património do Concelho, nomeadamente do centro histórico de Évora, num momento em que temos a responsabilidade de preparar bem ÉVORA2027, Capital Europeia da Cultura.

É, assim, fácil compreendermos o “empobrecimento” acentuado das contas municipais, reflexo desta falta de investimento municipal.

Os Ativos da Câmara Municipal de Évora desvalorizaram (em termos reais) cerca de 20%, no período que decorreu entre 2013 e 2022. Este facto, que nunca aparece nas análises da evolução da dívida municipal, **significa que as infraestruturas municipais, para além de não crescerem, estão-se a degradar.**

Tendo em atenção todos estes factos, como poderíamos votar favoravelmente a prestação de contas de 2022?

Queremos continuar a deixar alguns apelos finais:

- a. passarmos a ter **níveis mais significativos de transparência na informação municipal**, quer a que é fornecida a todos os eleitos locais (já por inúmeras vezes solicitada), quer a que é disponibilizada publicamente;

- b. a extrema prioridade que deve assumir para a atual gestão autárquica dos dois eleitos da CDU a revisão de documentos estratégicos fundamentais para o concelho**, nomeadamente o PDU, o PUE, o Plano de mobilidade, entre outros;
- c. a implementação urgente de melhorias significativas no atendimento** aos munícipes, empresas, investidores, movimento associativo e outras instituições.

Reforçamos, ainda, ser fundamental começarem a ser concluídos e apresentados para deliberação da CME, todos os projetos técnicos que permitam aos **Eborenses começarem a ver no terreno o aproveitamento do financiamento de quase 60 milhões de euros de fundos Comunitário e do Governo de Portugal, planeados no Plano Local de Habitação do Concelho de Évora.**

José Calixto e Lurdes Pratas Nico, a 26 de abril de 2023

Documento 3. Declaração de Voto nas OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2024, em 6 de dezembro de 2023.

I. ENQUADRAMENTO

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista para o mandato autárquico 2021-2025, neste terceiro processo de discussão política e deliberação relativo às Opções do Plano e ao Orçamento Municipal para 2024, distanciam-se, por completo, de documentos sobre os quais formaram uma forte convicção de que não salvaguardam os superiores interesses do concelho de Évora e de todos os Eborenses.

Este ano, não houve lugar a negociação entre os eleitos do Partido Socialista e a atual gestão CDU na Câmara Municipal de Évora, na medida em que os compromissos em anteriores negociações ficaram por cumprir e a maior parte das propostas que os vereadores do PS têm feito nos últimos dois anos, nas reuniões de câmara, estão por concretizar.

II. AS GRANDES PRIORIDADES DE AÇÃO POLÍTICA PROPOSTAS PELOS ELEITOS PELO PS

Assumimos o presente mandato autárquico perante os Eborenses, através do sufrágio popular e democrático do Programa de Governo Autárquico “Valorizar Évora”, composto por um conjunto de 152 medidas estruturadas em 4 eixos e em 21 linhas de ação política. O conteúdo deste documento resultou da participação de muitas pessoas, instituições, associações e outras entidades que desejaram contribuir para as soluções dos seus problemas.

Sabemos, ainda, que vivemos numa cidade e num concelho que muito terá de mudar para aproveitar a oportunidade histórica que significa ter ganho a elevada distinção de Évora Capital Europeia da Cultura 2027, motivo de grande felicidade para os eleitos pelo Partido Socialista e para todos os Eborenses.

Não é um orçamento que represente, minimamente, o projeto político “valorizar Évora”, do qual constam as dez prioridades de ação política propostas pelos eleitos do PS, sufragado pelos Eborenses em setembro de 2021.

Para os eborenses, não está tanto em causa o que o Presidente da Câmara Municipal “diz que vai fazer”; mas sim que o enorme problema da atual gestão municipal e a sua grande incapacidade em cumprir o que promete.

III. SOBRE AS «OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2024»

O orçamento municipal para 2023 foi de € 79,8 milhões de euros. O Orçamento Municipal para 2024 (tema são os 50 anos do 25 abril) é um orçamento que importa, tanto na receita como na despesa, num montante de €103 milhões de euros. Relativamente a 2024, verifica-se, assim, um aumento de €23,2 milhões de euros, para o qual contribuem, para além da transição de compromissos de 2023, as verbas de transferência de competências, as obras do novo Hospital Central do Alentejo acessibilidades e redes de água e

saneamento), o PLH e a CEC 2027. Verifica-se que há um valor de €14,5 milhões de euros que transitam de um ano para o outro.

Das Receitas Correntes: €80.475.153,50, cuja participação comunitária em projetos cofinanciados tem apenas um valor de 6 milhões e meio, aproximadamente.

Das Despesas Correntes: 66.499.982,00, com uma parte significativa com despesas com pessoal no total de 30.029.420,00 (os vereadores do PS viabilizaram, pela abstenção, na última reunião pública de câmara, o Mapa de Pessoal).

As GOP para 2024 apresentam um total de 59.273.881€ e integram projetos, ações e investimentos que não traduzem a visão que os eleitos do Partido Socialista têm para a cidade, em matérias como a habitação, o desenvolvimento económico ou o planeamento estratégico.

Continuamos com vários problemas no concelho de Évora que exigem outras respostas:

- i) o gravíssimo problema da habitação em todo o concelho de Évora. A carência habitacional do concelho não se revela suficientemente prioritária nas opções orçamentais apresentadas, nem na implementação da captação de apoios financeiros disponíveis para esse efeito.
- ii) o Plano Local de Habitação é um instrumento que pode disponibilizar cerca de 65 milhões de euros de recursos financeiros para esta enorme prioridade do concelho e que teve uma execução de 2% em 2023. O orçamento para 2024 apresenta fraca ambição de executar obra no PLH.
- iii) a Política fiscal enquanto instrumento de aumento da competitividade do Concelho e de apoio às famílias, às empresas, à economia social e às associações. As propostas apresentadas pela CDU para a fiscalidade a aplicar em 2024 não previam qualquer redução significativa no presente ano. Sobre o IMI (prédios urbanos) temos vindo a conseguir uma trajetória de descida do IMI, controlada e compatível com o equilíbrio económico do Município, resultado de um compromisso no início do mandato. Em 2020, o IMI foi reduzido para 0,44%; em 2021, para 0,43%; em 2022, para 0,42%; em 2023, para 0,40% e em 2024 para 0,38%. Na participação variável no IRS reduziu-se em 0,5 p.p., atingindo 3,5% em 2024 (em vez dos 4% propostos pela atual gestão CDU).
- iv) Processo de alteração do Plano Diretor de Évora (PDM): a proposta aprovada é uma proposta muito diferente da versão inicial apresentada pela atual gestão CDU do município de Évora, reveladora da ausência de estratégia para o desenvolvimento do concelho. A proposta aprovada, e que já que se encontra em processo de consulta pública, têm incorporados vários contributos dos vereadores da oposição, em particular os vereadores do PS, fruto do trabalho político e técnico que desenvolveram com os promotores, especialistas e equipa técnica da CME. A CME tem de ser uma parceira fundamental, pró-ativa e amiga do desenvolvimento de todo o concelho.
- v) Em matéria de relacionamento com as Uniões e Juntas de Freguesia, neste orçamento, a verba a transferir corresponde ao valor que a autarquia recebe do Orçamento de Estado (aumento total de 14,8%).
- vi) Na rede de estradas municipais, é urgente a recuperação estrutural e com qualidade em muitas estradas e caminhos municipais, pois Évora é um dos concelhos com os piores índices de conservação destas infraestruturas essenciais para a coesão do território. O ano passado foi acordado a cabimentação de um valor de 2,5 milhões de euros para estas obras (por empreitada e administração direta). Este ano a atual gestão CDU propõe 2 milhões 750 mil euros. O problema continua a ser a incapacidade desta gestão CDU na execução dos projetos/obras.

vii) Temos vindo a defender um reforço da capacidade de elaboração de projetos técnicos de suporte às candidaturas a fundos comunitários; referimo-lo várias vezes, em diferentes momentos. No orçamento para 2023, foi cabimentada a verba de 620 mil euros para execução de projetos técnicos. Para a elaboração dos projetos, em 2024, está alocada uma verba de apenas 850 mil euros, cuja execução fiscalizaremos com muita atenção, pois consideramos ser fundamental para a CME começar a deixar de desperdiçar financiamento comunitário e nacional. Não é, assim, um Orçamento que prevê e salvaguarda a possibilidade de obtenção de financiamento externo, nomeadamente, por via do PRR, PT 2030. A capacidade de alavancar projetos por via de financiamento comunitário é reduzida o que tem graves consequência para o potencial de desenvolvimento do concelho.

Vejam, concretizada, a baixa participação Comunitária do Município em projetos cofinanciados (valor de 6.443.507,00):

PORTUGAL 2020 - 1.701.432,00 || PRR - PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA 3.692.075,00

PORTUGAL 2030 - 850.000 || UNIÃO EUROPEIA - 200.000,00

viii) Verificamos atrasos na reestruturação dos serviços municipais e é evidente uma desmotivação dos trabalhadores da Autarquia, o que é revelador de imobilismo, falta de ambição e de visão.

ix) A falta de incentivos na expansão das áreas de acolhimento empresarial, uma das prioridades do PS. Continuamos a não observar uma dinâmica que desejamos para Évora, nomeadamente: apoiar um forte aumento da competitividade do concelho de Évora, permitindo a captação de novos investimentos, o apoio do tecido económico instalado, a atração de recursos humanos qualificados e competentes e a criação de um Centro de Acolhimento Empresarial.

x) Elaborou-se e aprovou-se, em 2022, um Regulamento de Apoio ao investimento em infraestruturas desportivas (Regulamento de Apoio às Infraestruturas Desportivas). Os atrasos nos pagamentos da Medida 3 do ano 2022 que estão, ainda, a ser pagos e os de 2023, com elevadas dificuldades para as entidades desportivas do nosso concelho.

xi) CEC Évora 2027. A responsabilidade da Associação Évora 2027 (cujos estatutos já foram criados, mas que ainda não está em funcionamento) dirigida pela Comissão Executiva e liderada pela Câmara Municipal é outro projeto estruturante que continuaremos a acompanhar, reconhecendo que é necessário potenciar o uso dos espaços culturais do concelho pelos diferentes agentes culturais e aproveitar o montante financeiro da CEC para o desenvolvimento do concelho.

xii) Em 2022, foi criado o Cartão Município Solidário que alarga significativamente o universo dos beneficiários de modo a contribuir para minorar situações de maior carência social (o número de novos processos tem sido reduzido).

xiii) Na área da saúde, admitem a construção proposta pela ARS das 6 extensões de saúde financiadas a 100%. Aumentou-se o valor da verba de construção por cada Extensão de Saúde (de 140 mil para 240 mil). Se não fosse o Estado, nada disso seria feito. Estamos a falar de uma oportunidade para as freguesias de SMM, Torre de Coelheiros, Graça do Divor, Boa Fé, SS Giesteira e Nossa Senhora Machede, cuja execução continuaremos a acompanhar.

xiv) Ainda na área da saúde, um outro projeto estruturante para os próximos anos, é a obra de construção do Novo Hospital Central do Alentejo. É imprescindível para a sua concretização a inscrição de verba no Orçamento Municipal para 2024 e no Plano Plurianual de Investimentos. Nas receitas do Orçamento estão inscritos 9 milhões de

euros, no âmbito do «Protocolo Acessibilidades ao HCA», assinado com o Governo e que permite garantir o financiamento a 100% daquelas obras.

IV. UMA POSIÇÃO POLÍTICA RESPONSÁVEL

Os Vereadores do Partido Socialista têm assumido uma posição política correspondente a uma postura política responsável que defenda, sempre e intransigentemente, os superiores interesses dos Eborenses.

No entanto, perante um cenário de ineficácia na gestão autárquica por parte dos dois eleitos da CDU, únicos com responsabilidade na gestão executiva da CME, e perante o quadro político resultante do ato eleitoral de setembro de 2021, **os vereadores eleitos pelo PS não puderam dar a sua concordância à proposta apresentada a deliberação na CME pela CDU, demarcando-se destas “Opções do Plano e Orçamento para 2024”.**

Assumimos, nestes termos, um **voto de abstenção** em nome da responsabilidade política que sentimos.

Com tantos recursos financeiros disponíveis pelo Governo e pela Comunidade Europeia (dois quadros comunitários de apoios – Alentejo 2020 e Alentejo 2030, PRR, Capital Europeia da Cultura) será uma autêntica fraude política para com os Eborenses não iniciarmos um processo estrutural de significativa melhoria da qualidade de vida e de atratividade do concelho, de criação de infraestruturas modernas e de respeito e preservação.

Reconhecemos, igualmente, que a maior parte das propostas que os vereadores do PS têm feito nos últimos dois anos, estão por concretizar.

Os vereadores do Partido Socialista manifestam a sua discordância com o conteúdo das GOP mas não pretendem dificultar a gestão da autarquia, nem serem uma força de bloqueio.

O voto contra as Opções do Plano e Orçamento 2024 teria consequências negativas para o avanço de obras e projetos estruturantes para o desenvolvimento do concelho de Évora, de que são exemplos a CEC 2027 e a construção do novo Hospital Central do Alentejo. Neste contexto, os Vereadores do PS viabilizaram as opções do plano e o orçamento 2024, no compromisso público assumido, por parte do presidente da câmara, de serem retiradas as críticas, diretas ou indiretas ao Governo do PS; no reconhecimento de que os projetos, ações e investimentos não traduzem a visão que os eleitos do Partido Socialista têm para a cidade, em matérias como a habitação, o desenvolvimento económico ou de planeamento estratégico e continuando a acompanhar a evolução e a execução das obras e projetos estruturantes para o nosso concelho.